



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
EXERCÍCIO DE 2016

1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório foi formatado tendo como lastro, as informações apuradas nos demonstrativos apresentados pela Contabilidade nos moldes da LRF. Destes, foram observados os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO bimestrais, Relatório de Gestão Fiscal – RGF quadrimestrais e demais peças contábeis que se fizeram necessárias para complementar o entendimento sobre alguns pontos.

Os comentários resultantes compõem um resumo daqueles, oportunizados nos relatórios quadrimestrais enviados tempestivamente ao Tribunal de Contas do Estado, nos quais contemplam na sua grande maioria, ponderações referentes ao último quadrimestre.

Sobretudo, os demais fatos, estão consubstanciados como resultado do acompanhamento das rotinas processuais, orientações e recomendações proferidas no decorrer do exercício.

Neste contexto em cumprimento das disposições dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, do artigo 51 da Constituição Estado, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 13/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, este Controle Interno apresenta o Relatório Anual do Órgão de Controle Interno no período de Janeiro a Dezembro de 2015, estruturado em observância ao diploma legal vigente.

1.1 – APRESENTAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, o Órgão de Controle Interno elabora o Relatório Anual de Controle Interno com base nos Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º ao 6º Bimestre e de Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º ao 3º Quadrimestre das Despesas do Poder Executivo, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, com análise e considerações norteadas nos mandamentos constitucionais e nas orientações contidas na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei nº 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre a matéria, com vistas a contribuir para a análise do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO.

Em 31/12/2016a Controladoria Geral do Município contava com os seguintes integrantes:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 01 - Compõe a equipe da CGM:

SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Sônia Felix de Paula Maciel	5856	Controlador Geral do Município
Cleonice Santana	2600	Assessora de Controle Interno
Keila Azevedo Macedo	4680	Assessora de Controle Interno
Claudia Antunes dos Santos	7061	Assessora de Apoio Administrativo

Fonte: Folha de ponto mensal de dezembro de 2016

2 - METODOLOGIA E ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

A metodologia utilizada pelo Controle Interno para elaboração do presente envolveu análise e comparativos dos resultados alcançado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre, Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2016.

Imperioso destacar que, nos termos do artigo 1º da Lei Municipal nº 186 de 2003, que a Unidade de Controle Interno tem por finalidade:

- I – fiscalizar a legalidade e avaliar resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, quanto à sua eficiência e eficácia.
- II – acompanhar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual, execução do orçamento e dos programas de trabalhos;
- III – promover orientação as Unidades Administrativas com vistas à racionalização da execução da despesa;
- IV – Coordenar e executar o programa de controladoria interna, a fim de assessorar as Unidades Administrativas na prática de atos de gestão, encaminhando os relatórios ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação pertinente;
- V – subsidiar as Unidades Administrativas no planejamento, orçamento e programação financeira com informações oportunas que permitam aperfeiçoar o desempenho das atividades;
- VI – acompanhar os prazos de entrega dos relatórios de gestão fiscal, de execução orçamentária, e demais relatórios e informações exigidas pela legislação pertinente;
- VII – acompanhar e analisar os limites constitucionais e legais estabelecidos para a despesa pública;
- VIII – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- IX – dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado de qualquer irregularidade ou ilegalidade;
- X – desempenhar as demais funções institucionais e constitucionais previstas.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

3 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Em cumprimento das disposições dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, do artigo 51 da Constituição Estado, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 13/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, este Controle Interno apresenta o Relatório Circunstanciado de Gestão Fiscal do Poder Executivo período de Janeiro a Dezembro de 2016, com base no Relatório Resumido de Execução Orçamentária 6º Bimestre e de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2015 e Balanço.

Este relatório foi estruturado em rigorosa observância ao diploma legal vigente, consoante ao que expressa o contido no parágrafo anterior, que orienta as atividades do Controle Interno nos seguintes termos:

A Constituição Federal, sobre as atividades do Controle Interno, assim dispõe:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Constituição Estadual, sobre a matéria, seguindo as diretrizes da Carta Magna, assim definidas as atribuições do controle interno:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabeleceu no parágrafo único do artigo 54 que o relatório de Gestão Fiscal será assinado pelas autoridades responsáveis e pelo Controle Interno. Assim dispõe o retro mencionado diploma:

Parágrafo único, O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou Órgão referido no art. 20.

Igualmente, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101 definiu responsabilidade aos Sistemas de Controle Interno quanto à fiscalização da Gestão Fiscal:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscaliza o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I – atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II – limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III – medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV – providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V – destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar.

Observaram-se os preceitos da Instrução Normativa nº 013 de 18 de novembro de 2004 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO, de acordo com o artigo 11, inciso II, assim dispõe:

Art. 11. Os Prefeitos Municipais remeterá ao Tribunal de Contas:
Relatório circunstanciado evidenciando sobre as atividades desenvolvidas no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltadas às áreas de educação, saúde segurança e obras públicas.

No contexto da norma supracitada, foram elaborados os relatórios quadrimestrais, encaminhados tempestivamente à Corte de Contas, pelo quais passa então os relatos em síntese, tendo base os RGF do terceiro quadrimestre.

A Prefeitura Municipal de Buritis sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial nos termos da Constituição Federal, artigo 31; Instrução Normativa de número 007/TCE-RO-2002 e Instrução Normativa de número 013/TCE-RO-2004, através do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Buritis, apresenta o Relatório referente ao exercício de 2016, nos termos a seguir:

- a) Introdução;
- b) Almoxarifado e Patrimônio;
- c) Licitações e Contratos Administrativos dispensas e inexigibilidade de licitação;
- d) Contabilidade;
- e) Lei de Responsabilidade Fiscal;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

- f) Despesas com ensino e aplicação em ações metas e programas, preconizados com PPA, LDO e LOA, com serviços públicos de Saúde, Educação e Assistência Social e Trabalho;
- g) Índices Constitucionais e sua Evolução
- h) Recomendações/Notificações;
- i) Conclusões.

4 – ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

4.1 – Almoхарifado

O responsável pelo almoxarifado é o Servidor Leomir Gonçalves do Nascimento. O prédio do almoxarifado da Prefeitura Municipal de Buritis atendeu as recomendações desta Controladoria adequando praticamente em sua totalidade os apontamentos elencados no relatório Anual do exercício de 2015, em inspeção realizado no terceiro quadrimestre de 2016, estavam pendentes somente a instalação de ar condicionado no local de armazenamento e gêneros alimentícios. Constatamos melhoras significativas na limpeza e organização de todo o ambiente. Verificamos também, a instalação de prateleiras em todo o recinto.

Os procedimentos de recebimento dos materiais/produtos, bem como atesto das notas fiscais são realizados por comissão própria de recebimento, os materiais permanentes são entregues e efetuados os cadastramentos no sistema conforme normas do Tribunal de Contas, com relação aos serviços realizados pela Comissão, estão em conformidade com o que esta Controladoria vem orientando.

Considerando o exposto, reiteramos as orientações para que seja cumprida toda a recomendação, neste caso a instalação com urgência do aparelho de ar condicionado.

Salientando a importância do controle dos recebimentos e repasses dos equipamentos, materiais e produtos. Verificamos *in loco* a realização dos serviços executados referente ao tombamento dos bens permanentes. Não detectamos pendências neste sentido.

Informamos também que o estoque é controlado por sistema eletrônico, onde são registradas as entradas e saídas das mercadorias, o recebimento das mercadorias é realizado por comissão própria, designada através do Decreto Municipal de número 5702/GAB/PMB/2015, composta pelos seguintes servidores:

- Leomir Gonçalves do Nascimento - Presidente;
- Sirlene Gonçalves Pereira – Membro
- Valdenice Leite Salarolli - Membro – Membro



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Componentes da comissão com conhecimento específico na área de informática, mecânica, para dar suporte no recebimento.

- Thiago Manoel Alves Oliveira – Membro (área de informática)
- Ednelson Vinicius Carneiro de Freitas – Membro (área de informática)
- Glauco Souza de Abreu – Membro (mecânica)
- Claudi Silva de Matos – Membro (mecânica)

Após o recebimento das mercadorias pela Comissão, é realizado o lançamento das mesmas no Sistema de Informática, confrontando as notas fiscais com as notas de empenho da Prefeitura, para maior controle das mercadorias.

4.2 – Patrimônio

Conforme havíamos recomendado no quadrimestre anterior verificamos junto a Secretaria Municipal de Administração, que está em curso levantamento minucioso dos bens patrimoniais, onde 50% dos serviços já foram concluídos.

Desta forma solicitamos do Executivo Municipal, Setor de Contabilidade e Setor de Patrimônio e Almojarifado, no sentido de que seja mantido o controle com relação à avaliação do patrimônio, reavaliações de valores dos imóveis, depreciação dos bens móveis, inservíveis e antieconômicos.

5 – Das Licitações, Dispensas e Inexigibilidade de Licitação

Ao longo do exercício de 2015, foram realizadas compras e contratações de serviços no montante de R\$ 12.605.556,94 (doze milhões, seiscentos e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos), sendo apresentado abaixo o quadro sintético das compras, por modalidade:

QUADRO 02

Modalidade	Procedimentos	Compras
Carta Convite	00	-----
Dispensa de Licitação	67	R\$ 2.538.869,22
Inexigibilidade de Licitação	34	R\$ 456.908,78
Pregão Presencial	7	R\$ 365.476,60
Pregão Eletrônico	64	R\$ 7.635.460,85
Pregão Eletrônico / (SRP)	31	R\$ 10.108.423,94
Pregão Eletrônico/SRP (carona) (3º quadrimestre).		R\$ 1.318.199,99



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

	04	
Tomada de Preços	06	R\$ 3.636.073,22
Concorrência	01	R\$ 3.887.089,40
Pregão presencial / (SRP)	02	R\$ 71.506,10
TOTAL	216	R\$ 30.018.008,10

Verificamos que diminuiu neste exercício a quantidade de dispensa de licitação, sendo realizado 67 (sessenta e sete) procedimentos no valor total de R\$2.538.869,22 (dois milhões quinhentos e trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos, contra 74 (setenta e quatro) procedimentos realizados nesta modalidade em 2015.

O número para esta controladoria ainda é expressivo, ao analisarmos junto a CPL tais contratações/aquisições correram, por conta de Mandados Judiciais para compra de medicamentos, os quais o Município não atende na Atenção Básica, por ser medicamento de Alta Complexidade, e Buritis atende somente a atenção Básica de Saúde, e com um diferencial, os referidos mandados são para compras imediatas, outro fator relevante para o expressivo valor foi a Contratação Emergencial para a prestação de serviços de transporte escolar

Foi realizado no exercício 34 (trinta e quatro) procedimentos na modalidade Inexigibilidade de licitação, compreendendo um valor total de R\$456.908,78 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e oito reais e setenta e oito centavos), nas contratações de serviços com despesas contínuas como: **CERON, TELERON, DETRAN, AROM, DIÁRIO OFICIAL, CORREIOS, TAXAS, REVISÃO DE CARROS NA GARANTIA, ALUGUEL, COMPRA IMEDIATA DE MEDICAMENTO POR ORDEM JUDICIAL, ALUGUÉIS E CNM – Confederação Nacional dos Municípios**. Ficando superior ao realizado no exercício anterior que foi de 14 procedimentos, ao verificarmos os procedimentos por amostragem, todos foram devidamente justificados e publicados nos meios oficiais de publicação.

Observamos ainda que houve redução do número de pregões presenciais, buscando cumpri

r com a SÚMULA N. 6/TCE-RO do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, o qual através da referida súmula, nos traz a luz a seguinte decisão:

Para a contratação de bens e serviços comuns deve ser utilizada, preferencialmente, a modalidade pregão na forma eletrônica. A utilização de modalidade e forma diversas, por se tratar de via excepcional, deve ser precedida de robusta justificativa que demonstre que ensejará resultado economicamente mais vantajoso que a modalidade pregão na forma eletrônica.



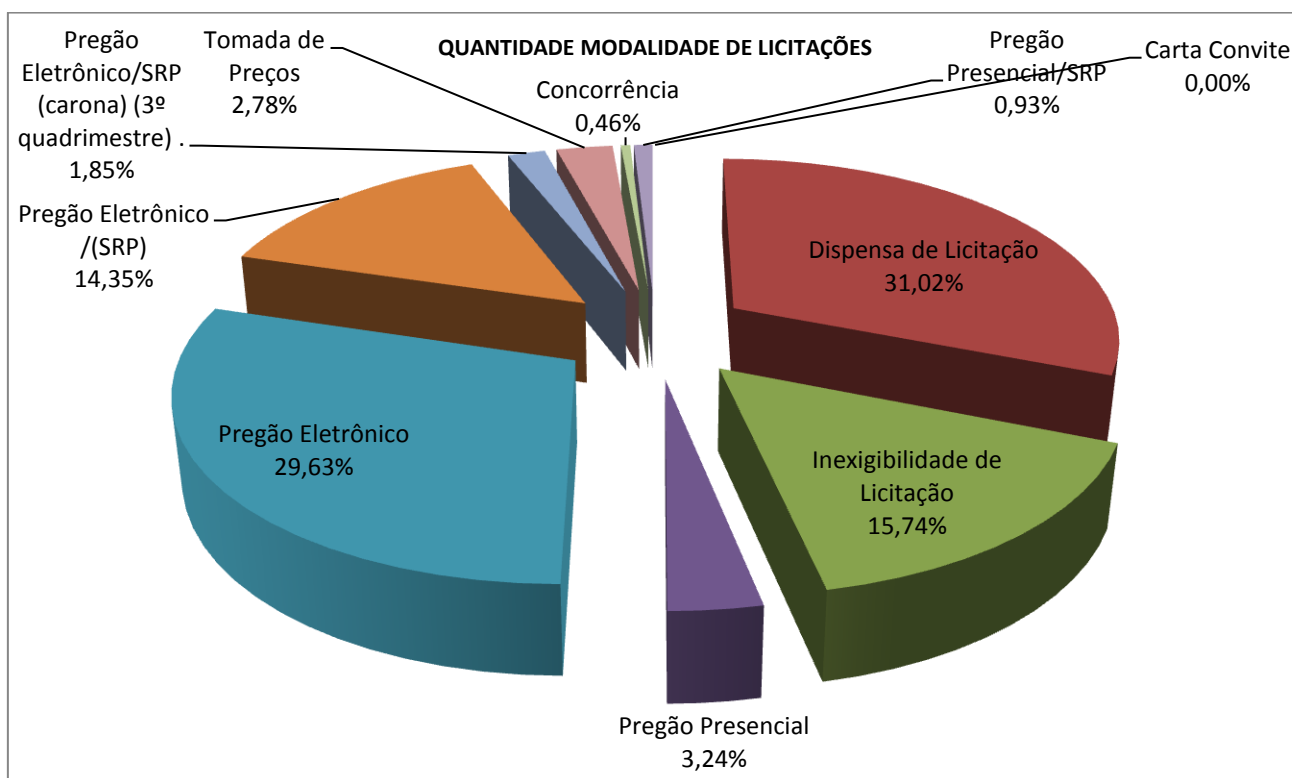
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Logo, continuaremos RECOMENDANDO que prossiga reduzindo o número de Dispensas de licitações e Pregões Presencias mantendo a realização do PREGÃO ELETRÔNICO como regra para a contratação dos serviços e aquisição de mercadorias.

5.1 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS LICITAÇÕES

Para viabilizar as aquisições de bens e serviços no transcorrer do exercício, foram efetivadas as licitações conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93, 8.745/93 e 10.520/2002. Para alcance desta informação foi acompanhado junto a Comissão Permanente de Licitação, o volume de licitações por modalidade e valores. Diante de tais premissas foi planilhado e elaborado o gráfico 01, pelo qual se tem uma noção deste comportamento.

Gráfico 01 – Demonstrativo das Licitações por Modalidade 2016



Elaborado pela CGM / Fonte: CPL – 2016

Conforme se observa, 14,35 % em termos quantitativos das aquisições do Município deram-se na modalidade Pregão Eletrônico (SRP). Isto comprova a intenção da Gestão em ampliar suas aquisições por esta modalidade, ampliando dentro das possibilidades de gestão do Município, a concorrência na busca por menores preços.



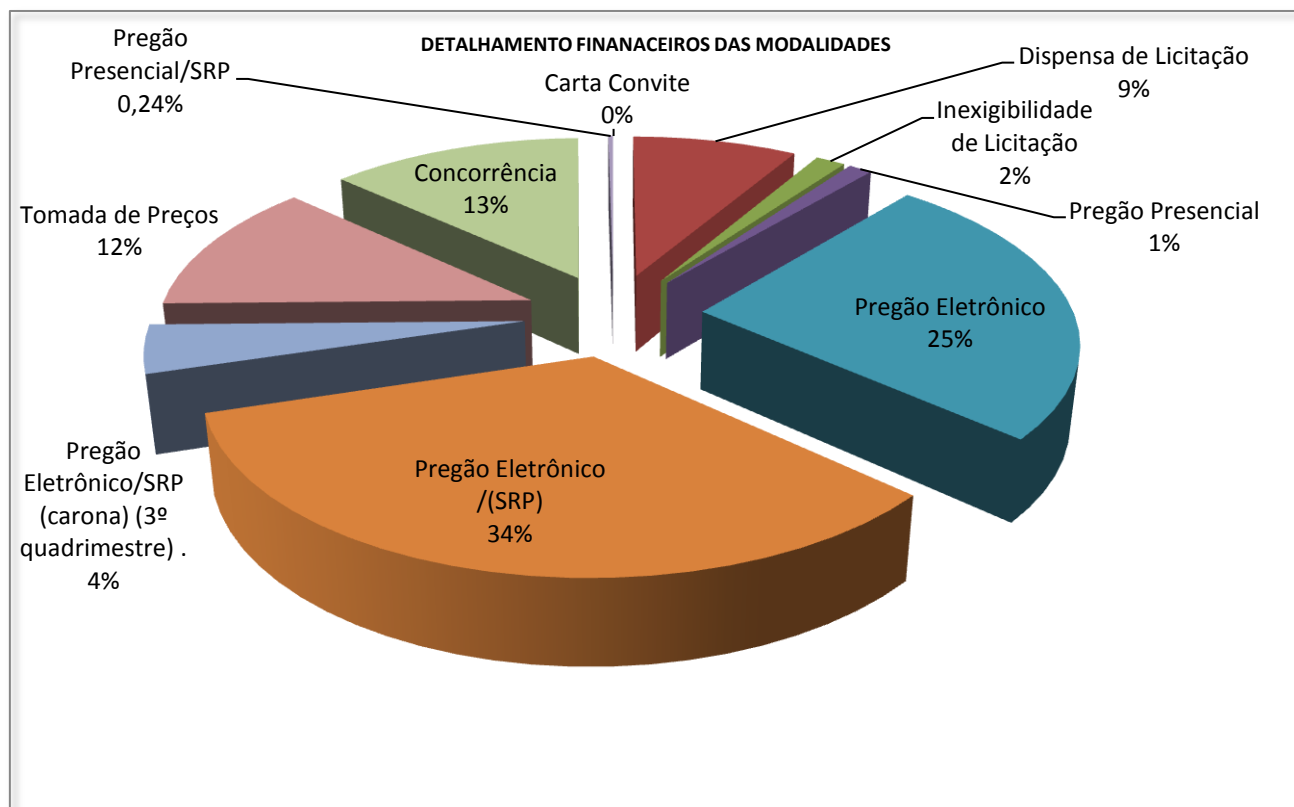
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Considerando o somatório do percentual das modalidades realizadas de Pregão Eletrônico com o Presencial, percebe-se que do total das licitações do Município 43,98%, foram realizadas na modalidade Pregão, cumprindo as recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado, quais dentre as possibilidades de se licitar 56,02% foram distribuídas nas demais modalidades instituídas pela Lei Federal de Licitações, 8666/93. Destas, por razões extremamente necessárias e justificadas, no intuito de manter a agilidade necessária ao atendimento que em alguns casos se dão pela extremas precisões da população.

Merece ressaltar ainda, as medidas adotadas por esta Gestão no decorrer do exercício de 2016 em proporcionar agilidade no atendimento da sociedade, foi em promover os Registros de Preços para produtos e alguns serviços a serem utilizados durante o lapso temporal de 12 meses. Este procedimento além de proporcionar agilidade, oportuna a realização da despesa com maior economia, cuja estratégia foi agrupar por itens afins, todas as solicitações das Secretarias e promover através da modalidade Pregão Eletrônico a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública e proceder aos registros destes preços alcançados.

Desta forma, vislumbra-se do valor licitado via modalidade Pregão Eletrônico, 45,83% correspondem à efetivação 43,98% de Atas de Registros de Preços e 1,85%, no procedimento carona, pelo qual a Administração Pública Municipal utilizou no transcorrer de 2016, e será utilizada parte em 2017, nos meses iniciais, visto a validade deste procedimento vigorar no lapso temporal de doze meses.

Gráfico 02 – Demonstrativo das Licitações por Valor Financeiro 2016





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Reportando ao Gráfico 02, em termos financeiros, fato a se observar além das vantagens competitivas, é a transparência instituídas pelo Pregão Eletrônico, cujas ofertas e resultados além de divulgados no site oficial do Município, consta todos os procedimentos no site cidade compras, qual foi aderido por esta gestão.

Sobre este aspecto, tem-se em síntese exposto o resultado das opções escolhidas por esta Gestão, no tocante ao procedimento licitatório para aquisições de bens e serviços, visando satisfazer os preceitos legais em sua totalidade e, ao mesmo passo, proporcionar uma resposta imediata aos anseios da população, repercutindo em serviços públicos oportunos e eficientes.

6 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, EM ATENDIMENTO A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Formalmente, o orçamento público é o instrumento legal no qual se estima a receita e fixa a despesa para determinado ano, exprimindo, desta forma, as alocações dos recursos públicos.

O Balanço Orçamentário é a peça contábil que evidencia a receita orçada e arrecadada, em confronto com a despesa fixada e realizada em determinado período.

Caso as receitas arrecadadas sejam superiores as despesas realizadas, haverá um superávit orçamentário. Por outro lado, caso as receitas arrecadadas sejam inferiores as despesas realizadas haverá um déficit orçamentário.

Quadro 03: Receita Realizada x Despesa Empenhada

RECEITA REALIZADA	74.349.214,78
DESPESA EMPENHADA	71.947.072,93
SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.402.141,85

Fonte: anexo 13 – Balanço financeiro

Desta forma, no exercício de 2016, a realização das receitas alcançou o montante de R\$ 74.349.214,78 contra R\$ 71.947.072,93, referentes às despesas realizadas, apurando-se, portanto, um superávit de arrecadação no montante de R\$ 2.402.141,85 conforme demonstrado no quadro 03:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 04: Despesa Orçada x Despesa Executada

DESPESA INICIALMENTE ORÇADA	LEI 1002/2015	66.819.569,94
DESPESA ATUALIZADA		83.964.168,60
DESPESA EMPENHADA		71.947.072,93
SALDO ORÇAMENTÁRIO		12.017.095,67

Por outro lado, observamos também que houve superávit de previsão orçamentário no valor de 12.017.095,67, entre a Despesa atualizada, com a efetivamente empenhada conforme é demonstrado no Balanço Orçamentário.

Quadro 05 – Comparativo da Receita Arrecadada X Despesa Executada – Em milhares

RECEITAS	2016	DESPESAS	2016
Receitas Correntes	75.160.479,86	Despesas Correntes	58.199.809,21
Receita Tributária	4.986.109,29	Pessoal e Encargos Gerais	36.474.249,88
Receita de Contribuições	2.603.516,88	Juros e Encargos da Dívida	868.209,00
Receita Patrimonial	6.989.814,98	Outras Despesas Correntes	20.857.350,33
Receita de Serviços	0,00		
Transferências Correntes	59.176.927,63		
Outras Receitas Correntes	1.404.111,08		
Total de Receitas Correntes	75.160.479,86	Total de Despesas Correntes	58.199.809,21
RECEITAS	2016	DESPESAS	2016
Receitas de Capital	2.433.014,68	Despesas de Capital	13.747.263,72
Operações de Crédito	391.839,54	Investimentos	12.218.080,65
Alienação de Bens	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Amortização da Dívida	1.529.183,07
Transferências de Capital	2.041.175,14		
Outras Receitas de Capital	0,00		
Déficit de Capital	0,00		
Total de Receitas de Capital	2.433.014,68	Total de Despesas de Capital	13.747.263,72

RESUMO			
Receitas Correntes	75.160.479,86	Despesas Correntes	58.199.809,21
Receitas de Capital	2.433.014,68	Despesas de Capital	13.747.263,72
		Superávit	
Total das Receitas	77.593.494,54	Total das Despesas	71.947.072,93

*As receitas e despesas intra-orçamentárias estão incluídas nos valores demonstrados;

** Nas receitas estão deduzidas as transferências constitucionais e legais.

6.2 - ANÁLISES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Quadro 06 – Comparativo das Receitas Realizadas entre 2014– 2015 em milhares

Receitas	2015	AV	2016	AV	AH
Receitas Correntes	65.820.947,24	96,14%	75.160.479,86	97,36%	14,19%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Receita Tributária	3.978.097,41	5,81%	4.986.109,29	6,46%	25,34%
Receita de Contribuições	2.171.755,31	3,17%	2.603.516,88	3,37%	19,88%
Receita Patrimonial	4.591.145,32	6,71%	6.989.814,98	9,05%	52,25%
Receita de Serviços	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Transferências Correntes	54.387.538,80	79,44%	59.176.927,63	76,65%	8,81%
Outras Receitas Correntes	692.410,40	1,01%	1.404.111,08	1,82%	102,79%
Receitas de Capital	2.644.669,50	3,86%	2.433.014,68	3,15%	-8,00%
Operações de Crédito	0	0,00%	391.839,54	0,51%	0,00%
Alienação de Bens	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Amortizações de Empréstimos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	2.644.669,50	3,86%	2.041.175,14	2,64%	-22,82%
Outras Receitas de Capital		0,00%		0,00%	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS	68.465.616,74	100,00%	77.201.655,00	100,00%	12,76%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2015/2016

Ao se observar o exercício financeiro de 2016 percebe-se que houve crescimento total na Receita em um percentual de 12,76%, comparado ao exercício financeiro de 2015, houve destaque significativo na receita Patrimonial evidenciando um crescimento de 2,34%, dentre outras como evidenciadas no quadro acima. Obtendo conforme o demonstrado que mesmo com o país em condições econômicas bastante complicadas, não vislumbramos prejuízos no montante de receitas recebidas no exercício de 2015 em relação a 2016.

A análise do quadro 6, entre os dois períodos demonstra que houve um aumento de 12,76% (R\$8.736.038,26) no total líquido das receitas realizadas. Neste contexto, pode-se afirmar que houve crescimento na arrecadação no período observado.

Observa-se também que, as fontes da receita mais expressivas na composição da Receita Arrecadada total são referentes às Transferências Correntes, com participação, em valores relativos de 96,36%, respectivamente, isso em uma análise vertical em 2016.

7 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

O Município de Buritis é uma cidade situada no centro-oeste de Rondônia, a 300 km via rodoviária da capital, Porto Velho (em linha reta a distância é muito menor). Atualmente, vive um grande crescimento econômico e populacional. Sua economia é pautada na agricultura e exploração madeireira, e já foi mostrada nacionalmente na Revista Veja e Globo Repórter como um dos Municípios que mais cresceram. Porém vem enfrentando uma Crise Fiscal devido o crescimento da Dívida Ativa.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Com este déficit, o perfeito funcionamento da máquina pública fica comprometido, pois os recursos financeiros que seriam para suprir as diversas necessidades públicas depende de tributos oriundos do pagamento de terceiros, inclusive o IPTU.

Esses tributos também são necessários para o bom funcionamento das instituições públicas, já que as funções constitucionais, conforme serviços comuns, que também competem aos Municípios são para oferecer a população benefícios como saúde, educação, segurança, moradia, saneamento básico, cultura e lazer, assistência social, entre outros.

7.1 - SITUAÇÃO DA RECEITA E DA DÍVIDA ATIVA

A Receita Tributária compõe o grupo das Receitas Correntes, que são especificamente para cobrir despesas orçamentárias relacionadas à manutenção das atividades governamentais, sendo esta muito bem conceituada pela Enciclopédia Livre (2006):

Receita Tributária é toda fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de Tributos, dos quais são espécies os Impostos, as Taxas, as Contribuições de Melhoria, os Empréstimos Compulsórios e as Contribuições Especiais. Todos prefixados em lei em caráter permanente. Teoricamente, as receitas tributárias tem como finalidade o custeio das despesas estatais e suas necessidades de investimento.

Sendo assim pode-se afirmar que a receita tributária influencia diretamente no custeio das despesas, no que se refere às necessidades de investimento do Município, tornando maior a importância de incentivo da arrecadação desta receita no Município de Buritis.

Esta Controladoria vem constantemente, cobrando maior atuação na captação dos recursos referente à Dívida Ativa, através de vistoria *in-loco*, observamos falta de fiscais, como também de acompanhamento mais rigoroso, por parte dos responsáveis. Recomendações estas realizadas através de Ofícios, Memorandos e Relatórios Quadrimestrais, já recomendamos por diversas vezes, ficando a Secretaria de Fazenda, Procuradoria Jurídica e Coordenador de Tributos responsabilizados, por aprimorar imediatamente os mecanismos, para a efetiva execução.

Salientamos que em 2016, já houve uma melhora considerável, pois foram reforçadas ações, junto judiciário quanto às execuções, outro fator relevante se dá por problemas junto ao setor de Regularização Fundiária, pois em análise junto ao setor tributário observamos muitos cancelamentos, por lançamentos indevidos em área de preservação APP, erros de cadastros, prescrições, pagamentos indevidos, casos de isenções, receitas não existentes, dentre outros. Diante da constatação **RECOMENDAMOS** com urgência a regularização dos cadastros junto ao setor fundiário.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 07 – Comparativo da Receita Tributária – em milhares

Comparativo da Receita Tributária						
Receita	2014		2015		2016	
	Valor Arrecadado	%	Valor Arrecadado	%	Valor Arrecadado	%
IPTU	431.556,60	12,05%	382.504,52	10,09%	839.358,70	16,83%
IRRF	763.128,16	21,31%	795.240,24	20,98%	1.247.083,78	25,01%
ISS	1.488.556,55	41,56%	1.593.736,08	42,05%	1.761.518,15	35,33%
ITBI	202.506,44	5,65%	264.303,95	6,97%	185.524,29	3,72%
TAXAS	695.684,11	19,42%	754.269,08	19,90%	952.624,37	19,11%
TOTAL das Receitas Tributárias	3.581.431,86	100,00%	3.790.053,87	100,00%	4.986.109,29	100,00%
Total da Receita Arrecadada	63.451.740,07	100%	65.820.947,24	100%	75.160.479,86	100,00%

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada entre 2014 a 2016 – Anexo do TCE-04.

Analisando o quadro 07, ao se comparar a arrecadação do IPTU que foi de R\$839.358,70 correspondeu a 16,83% do total da receita tributária arrecadada.

Verifica-se também que a arrecadação do ISSQN no valor de R\$1.761.518,15, correspondeu a 35,33% em relação ao total da receita tributária arrecadada. Notadamente ficou evidente o aumento da arrecadação do IPTU, sendo superior ao de 2015.

Quadro 08 - Receita de Dívida Ativa do Município – em milhares

INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA 2013 A 2015					
ANOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÕES	COBRANÇA	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
2014	3.354.597,01	1.032.846,35	1.158.399,11	23.552,81	2.978.201,37
2015	2.978.201,37	1.367.592,44	475.332,21	117.343,78	3.751.111,63
2016	3.751.111,63	2.265.411,21	674.402,70	298.438,82	5.047.908,32

Fonte: Balancete do mês de Dezembro e Balanço Patrimonial de 2014-2016

O valor arrecadado de R\$ 674.402,70, referente à dívida ativa corresponde ao percentual de 17,97% do saldo anterior que foi de R\$ 3.751.111,63.

Também se observa que foram efetuados cancelamentos de créditos no valor de R\$298.438,82, correspondente a 7,95%, do saldo anterior que foi de R\$ 3.751.111,63, como já evidenciados suas causas no item **7.1 - SITUAÇÃO DA RECEITA E DA DÍVIDA ATIVA**.

8 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) – Anexo III do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), conforme previsto no artigo 53, inciso I, da Lei Complementar nº 101, Lei de



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Responsabilidade Fiscal (LRF) – apresenta a apuração da receita corrente líquida no mês em referência, sua evolução no exercício. Sua publicação, conforme art. 52 da LRF é realizada até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze meses anteriores.

O objetivo da RCL, segundo Manual dos Demonstrativos Fiscais -5º edição é de servir de como parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da federação.

Conforme artigo 2º da LRF, a RCL compreende o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, no caso dos estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Quadro 09 - comparativo entre os exercícios de 2014-2016 em milhares

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA					
Natureza da Receita	2014	2014	2015	AV%	AH%
Receitas Correntes	63.451.740,07	65.820.947,24	75.160.479,86	113,43%	14,19%
Receitas Tributárias	3.885.859,27	3.978.097,41	4.986.109,29	7,52%	25,34%
IPTU	431.556,60	382.504,52	839.358,70	1,27%	119,44%
ISS	1.488.556,55	1.593.736,08	1.761.518,15	2,66%	10,53%
ITBI	202.506,44	264.303,95	185.524,29	0,28%	-29,81%
IRRF	1.067.555,57	983.283,78	1.247.083,78	1,88%	26,83%
Outras Receitas Tributárias	695.684,11	754.269,08	952.624,37	1,44%	26,30%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.190.825,10	2.171.755,31	2.603.516,88	3,93%	19,88%
RECEITA PATRIMONIAL	3.716.222,05	4.591.145,32	6.989.814,98	10,55%	52,25%
RECEITA DE SERVIÇO	18.371,00	0,00	0	0,00%	0,00%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.497.644,41	54.387.538,80	59.176.927,63	89,31%	8,81%
Cota Parte do FPM	13.467.184,13	14.181.006,28	18.396.855,13	27,76%	29,73%
Cota Parte do ICMS	13.479.323,16	14.635.347,43	14.307.624,97	21,59%	-2,24%
Cota Parte do IPVA	1.544.069,55	1.766.227,84	2.036.551,58	3,07%	15,31%
Cota parte do ITR	5.109,14	9.159,04	7.328,52	0,01%	-19,99%
Transferências da LC 87/1996	21.180,48	21.955,34	21.415,40	0,03%	-2,46%
Transferências da LC 61/1989	55.831,46	76.073,17	67.143,01	0,10%	-11,74%
Transferências do FUNDEB	13.306.143,39	15.080.410,22	15.278.222,21	23,06%	1,31%
Outras Transferências Correntes	9.618.803,10	8.617.359,48	9.061.786,81	13,68%	5,16%
Outras Receitas Correntes	2.142.818,24	692.410,40	1.404.111,08	2,12%	102,79%
DEDUÇÕES (-)	-7.417.243,71	-7.687.348,02	-8.899.817,42	-13,43%	15,77%
Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor	-1.817.098,32	-1.698.997,14	2.177.141,51	3,29%	-228,14%
Servidor	-1.817.098,32	-1.698.997,14	-2.177.141,51	-3,29%	28,14%
Compensação Financeira entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0	0,00%	0,00%
Dedução da Receita para	5.600.145,39	-5.988.350,88	-6.722.675,91	-10,15%	12,26%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

formação do FUNDEB					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	56.034.496,36	58.133.599,22	66.260.662,44	100,00%	13,98%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2014 a 2016.

Ao se analisar as Receitas Correntes líquidas conforme evidenciadas no quadro 09 percebe-se que, na comparação do ano de 2015 com o ano de 2016, houve um aumento de 13,98%, ou seja, um acréscimo de R\$ 8.127.063,22, no total das Receitas Correntes líquidas.

Comparando-se as Receitas Patrimoniais com o ano anterior observa-se que esta teve um aumento de 52,25% ou seja, um acréscimo de R\$2.398.669,66. No entanto, se considerada em relação ao total das Receitas Correntes aquelas representam apenas 14,19% desta. Ao se analisar as Deduções das Receitas Correntes observa-se que ocorreu um aumento de 15,77%.

09 - ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Quadro 10 – Evolução da Despesa – em milhares

Despesas	2014	AV	2015	AV	2016	AV	AH 2014/2016
Despesas Correntes	51.770.436,52	95,58%	52.423.150,70	82,52%	58.199.809,21	80,89%	11,02%
Pessoal e Encargos Sociais	31.733.839,14	61,00%	34.071.072,40	50,58%	36.474.249,88	50,70%	7,05%
Juros e Encargos da Dívida	357.729,31	0,72%	501.816,24	0,57%	868.209,00	1,21%	73,01%
Outras Despesas Correntes	19.678.868,07	33,86%	17.850.262,06	31,37%	20.857.350,33	28,99%	16,85%
Despesas de Capital	10.969.887,36	4,42%	6.376.146,50	17,48%	13.747.263,72	19,11%	115,60%
Investimentos	9.960.674,09	2,71%	5.020.302,01	15,88%	12.218.080,65	16,98%	143,37%
Inversões Financeiras	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Amortização da Dívida	1.009.213,27	1,71%	1.355.844,49	1,61%	1.529.183,07	2,13%	12,78%
TOTAL	62.740.323,88	100,00%	58.799.297,20	100,00%	71.947.072,93	100,00%	22,36%

Fonte: Balanço Orçamentário de 2014 a 2016

No período abrangido pela análise horizontal, entre 2014 e 2016, houve um aumento na despesa de 22,36%, equivalente a (R\$ 13.147.775,73), no total das despesas empenhadas, em comparação com o exercício



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

financeiro de 2015, que constou uma despesa no valor R\$ 58.799.297,20, nota-se que a despesa aumentou em 2016, para R\$ 71.947.072,93, conforme demonstrado no Quadro 10.

10 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015

Quadro 11 – Créditos Autorizados – em milhares

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR R\$	%
Dotação Inicial (A)	66.819.569,94	
(+) Créditos Suplementares (B)	14.729.926,19	22,04%
(+) Créditos Especiais (C)	12.604.584,96	18,86%
(=) Total dos Créditos (D) =soma (B+C)	27.334.511,15	40,91%
(-) Anulações de Créditos (OR) (E)	9.862.459,21	14,76%
(-) Anulação de Dotação (ES) (F)	327.453,28	0,49%
(-) Despesa Autorizada G = A+D-E-F	83.964.168,60	125,66%
(-) Despesa Empenhada (H)	76.164.328,06	113,99%
(=) SALDO DE DOTAÇÃO I=G-H	7.799.840,54	11,67%

Fonte: Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias – Anexo TC-18

Com base no Orçamento inicial houve alterações orçamentárias realizadas através dos Créditos Adicionais no volume de R\$ 27.334.511,155, referente ao somatório dos Créditos Suplementares e Créditos Especiais, o que equivale em percentual em 40,91%. No período não se constata abertura de Créditos Extraordinários.

Os Créditos Suplementares conforme o disposto no Art. 42 da Lei 4.320/64 foram lastreados por lei e, nos termos do Art. 43da Lei 4320/64, estão justificado e suportado pela existência de recursos.

Estes créditos perfazem o montante de R\$ 14.729.926,19, equivalente ao percentual de 22.04%, que mesmo sem deduzir os valores provenientes de recursos vinculados e convênios atendem o limite estabelecido na Lei 1002/2015 (LOA) Art. 9º inciso 03, previsão inicial de 5%, alterado pela Lei 1037/2016, artigo 2º passando a ser considerado 6,50%, houve nova alteração por meio da Lei 1068/2016, onde o percentual passou a ser de 8,50% e Lei 1075/2016, passando a limitar em 9,5%, limitado neste percentual até o final do exercício.

Pela dedução dos valores relativos aos créditos adicionais suplementares, cuja origem provém de recursos de convênio e recursos vinculados de transferências continuadas que oscilam, quer seja pela frequência da execução, quais os repasses se dão pela produtividade (recursos para saúde) ou pela vontade da entidade concedente. E o Crédito Suplementar trata-se fator restrito para alocação dos recursos no orçamento em execução, visto ser único meio para se cumprir o objeto originário do repasse destinado ao Município. Ao passo que, deduzido este montante relativo aos créditos vinculados e de convênios, do montante dos créditos, tem-se significativa redução do percentual dos créditos suplementares conforme se apresenta no Quadro 11.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Em visita junto às Secretarias, observamos que as mesmas vêm enfrentando problemas na execução de seus orçamentos, fato este, que por repetidas vezes foi pauta de reuniões, como também de recomendações desta Controladoria para que seja cumprido o orçamento vigente dentro da proposta da Lei inicial.

Continua Transparecendo em alguns casos, desconhecimento da Secretaria em relação aos problemas orçamentários, como vemos no quadro acima, alto índice de remanejamento/suplementação, uma vez já cientes do inicialmente planejado.

Reforçamos nossa recomendação para que tenham maior cautela quanto à manutenção dessa prática, pois pode levar ao Descontrole Orçamentário e Financeiro, Fica a Secretaria de Planejamento **NOTIFICADA**, quanto a sua responsabilidade em exercer maior controle orçamentário.

11 - ANÁLISE DA DESPESA POR SUBFUNÇÃO

Neste item será apresentada uma breve análise das despesas por subfunção, que representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público conforme dispõe a Portaria nº. 42 do MOG de 15-04-99.

Quadro 12 – Detalhamento das despesas Liquidadas por subfunção de governo nas categorias econômicas (Despesas Correntes e Capital) em milhares

ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS	AV	DESPESAS DE	AV	TOTAL	AV
Ação Legislativa	2.282.224,49	4,04%	10.985,00	0,16%	2.293.209,49	3,62%
Chefia de Gabinete	375.199,77	0,66%	1.447,59	0,02%	376.647,36	0,59%
Planejamento e Orçamento	474.744,52	0,84%	9.556,87	0,14%	484.301,39	0,76%
Administração Geral	7.497.340,87	13,28%	304.345,21	4,37%	7.801.686,08	12,31%
Defesa Civil	135.036,25	0,24%	0,00	0,00%	135.036,25	0,21%
Adm. Geral Secretaria de	966.851,87	1,71%	39.838,50	0,57%	1.006.690,37	1,59%
Serviço da Dívida Interna	2.052.046,17	3,64%	1.529.183,07	21,98%	3.581.229,24	5,65%
Adm. Geral Obras e Serviços	213.082,75	0,38%	991.699,99	14,25%	1.204.782,74	1,90%
Secretaria de obras Infra-	193.251,75	0,34%	933.427,23	13,42%	1.126.678,98	1,78%
Secretaria de Obras Serviços	1.238.794,80	2,19%	0,00	0,00%	1.238.794,80	1,95%
Transporte Rodoviário	2.861.563,99	5,07%	0,00	0,00%	2.861.563,99	4,51%
Assistência à Criança e ao	453.888,28	0,80%	0,00	0,00%	453.888,28	0,72%
Assistência Comunitária	293.977,97	0,52%	0,00	0,00%	293.977,97	0,46%
Adm Geral Assist. Social	1.191.265,10	2,11%	988,00	0,01%	1.192.253,10	1,88%
Previdência do Regime	1.814.135,24	3,21%	0,00	0,00%	1.814.135,24	2,86%
Adm. Geral Saúde	6.574.845,36	11,65%	207.637,79	2,98%	6.782.483,15	10,70%
Atenção Básica	4.232.190,12	7,50%	214.402,95	3,08%	4.446.593,07	7,01%
Assistência Hospitalar e	1.505.979,22	2,67%	60.904,49	0,88%	1.566.883,71	2,47%
Administração Geral	484.928,68	0,86%	0,00	0,00%	484.928,68	0,76%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Ensino Fundamental	20.003.943,52	35,44%	916.093,28	13,17%	20.920.036,80	33,00%
Ensino Superior	0,00	0,00%	348.000,00	5,00%	348.000,00	0,55%
Educação Infantil	108.417,82	0,19%	311.717,65	4,48%	420.135,47	0,66%
Administração Geral	814.516,24	1,44%	319.024,68	4,59%	1.133.540,92	1,79%
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00%	624.000,00	8,97%	624.000,00	0,98%
Saneamento Básico Urbano	269.569,06	0,48%	11.826,77	0,17%	281.395,83	0,44%
Adm. Geral Meio Ambiente	326.209,39	0,58%	2.289,00	0,03%	328.498,39	0,52%
Abastecimento	77.004,70	0,14%	0,00	0,00%	77.004,70	0,12%
Desporto Comunitário	0,00	0,00%	120.546,78	1,73%	120.546,78	0,19%
						0,00%
		0,00%		0,00%		0,00%
Total	56.441.007,93	100,00%	6.957.914,85	100,00%	63.398.922,78	100,00%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI

Tendo em vista a distribuição da despesa por subfunção de governo em 2016, destacam-se as que representam maior acréscimo na participação percentual sobre o total da despesa: Educação com suas subfunções (ensino infantil, ensino fundamental e EJA – Educação de Jovens e Adultos), que atingiu o percentual de 34,21%, que corresponde a um montante de R\$ 21.688.771,48, a Secretaria de Administração geral que atingiu um percentual de 12,31%, ou seja, um montante de R\$ 7.804.407,39 e a terceira função que maior se destacou foi a Saúde com suas subfunções (atenção básica) com um percentual de 10,70%, ou seja, um montante de R\$ 6.782.483,15.

12 - QUOCIENTES ORÇAMENTÁRIOS

Ressalta-se que, para apuração dos quocientes orçamentários, nas receitas e despesas estão deduzidas as transferências constitucionais e legais e a dedução para o FUNDEB.

Quadro 13 – Quociente de Realização da Receita 2016

QUOCIENTE DE REALIZAÇÃO DA RECEITA	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	B/A
Receita Corrente Prevista	73.010.398,44	75.160.479,86	95,48%
Receita de Capital Prevista	8.253.892,81	2.433.014,68	
TOTAL	81.264.291,25	77.593.494,54	

O quociente da execução da Receita apurado em 2016, foi Receita Realizada no valor de R\$ 77.593.494,54, dividido pela Previsão inicial da Receita no valor de R\$ 81.264.291,25, que é igual a 95,48%, ou seja, a receita realizada ficou a menor aproximadamente em 4,52%. Em relação à receita prevista para o exercício financeiro de 2016, observamos uma diminuição de R\$ 3.670.796,71.

Quadro 14 – Execução orçamentária da despesa

DESPESAS	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	B/A
Despesas Correntes	54.693.658,28	53.940.988,97	98,62%
Despesas de Capital	5.041.778,61	6.957.914,85	138,01%
Reserva de Contingência e Reserva RPPS	4.480.931,42	0	0,00%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

TOTAL	64.216.368,31	60.898.903,82	94,83%
--------------	----------------------	----------------------	---------------

Fonte: Anexo - 12 balanço orçamentário

Em 2016, a Despesas Executada (empenhada), no valor de R\$ 60.898.903,82, dividido pela Dotação inicial no valor de R\$ 64.216.368,31, igual a R\$ 3.317.464,49, que corresponde ao quociente de 94,83%, demonstrando a economia de despesa orçamentária em relação à fixação atualizada da despesa do exercício financeiro de 2016.

Quadro 15 – Quociente de Realização da Receita Corrente x Despesa Empenhada Corrente

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO DA DESPESA	2015	2016
Receita Realizada Corrente	62.793.614,10	68.437.803,95
Despesa Empenhada Corrente	52.423.150,70	55.699.790,25
QUOCIENTE	1,20	1,23

O quociente da execução orçamentária corrente evidenciou superávit em R\$ 10.370.463,40, entre a diferença da Receita Realizada Corrente no valor de R\$ 62.793.614,10, e a Despesa Empenhada Corrente no valor de R\$ 52.423.150,70, em 2015, o qual o percentual foi 16,51%, entre a Receita Realizada Corrente com a Despesa Empenhada Corrente em 2015.

Já o superávit de R\$ 12.738.013,70, foi entre a diferença da Receitas Realizadas Corrente no valor de R\$ 68.437.803,95, com a Despesa Empenhada Corrente no valor de R\$ 55.699.790,25, atingiu um percentual em 18,61%, entre a diferença da Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente no exercício de 2016. Se comparado a Receita Realizada Corrente de 2015 com a Receita Arrecadada Corrente de 2016, verifica-se um aumento de R\$ 5.644.189,85 em 2016. E ao comparar a Despesa Empenhada Corrente de 2015 com a Despesa Empenhada Corrente de 2016 houve um aumento de R\$ 3.276.639,55, em 2016.

Isso demonstra que para cada um real de despesas correntes formadas, o município tem capacidade de pagamento de R\$1,23 (um real e vinte e três centavos), ou seja, paga sua dívida e continua em caixa vinte e três centavos.

Quadro 16 - Quociente Receita Arrecada x Despesa Liquidada

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016
Receita Arrecadada	60.510.810,05	65.438.283,60	70.870.818,63
Despesa Liquidada	50.171.202,32	53.978.978,39	60.989.903,82
% DA DESPESA SOBRE A RECEITA	82,91%	82,49%	86,06%

A participação da despesa liquidada sobre a receita arrecadada mostrou no exercício financeiro de 2016, um comprometimento da receita da ordem de 86,06%, conforme demonstrou o quadro 16.

13 - INDICADORES GERENCIAIS DO BALANÇO CONSOLIDADO

Quadro 17 - Indicadores gerenciais do Exercício

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Receita Arrecada	70.870.818,63	1,16



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Despesa Executada	60.989.903,82
-------------------	---------------

O quociente obtido de 1,16 demonstra um superávit orçamentário, indicando equilíbrio na capacidade de executar o orçamento, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa executada, o município arrecadou R\$ 1,16 (um real e dezesseis).

Quadro 18 - Autonomia Financeira

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR x100
Receita Tributária Própria	4.986.109,29	8,95
Despesas Correntes	55.699.790,25	

Este indicador demonstra que a capacidade do município em se manter com recursos próprios, ou seja, oriundos de sua atividade tributária, é de 8,95%, percebe-se que quase na totalidade as transferências governamentais são utilizadas para este fim com percentual de 91,05%.

Quadro 19 - Grau de Investimento

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR x100
Investimentos	5.428.731,78	7,66
Receita Total	70.870.818,63	

Observa-se que os investimentos públicos correspondem a 7,66% da receita total do Município, evidenciando que o restante da receita arrecada foi utilizada para cobertura de gastos de custeio.

Quadro 20 - Custos dos Investimentos

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR x100
Investimentos	5.428.731,78	8,90
Despesa Total	60.989.903,82	

Neste demonstrativo vê-se que 8,90% do total da despesa pública (empenhada) realizada correspondem a gastos com investimentos.

Quadro 21 - Comprometimento da Receita Corrente com a Máquina Administrativa

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Despesas Correntes	53.940.988,97	0,79
Receitas Correntes	68.437.803,95	

O quadro 21 indica que, de cada R\$ 1,00 da receita corrente, R\$ 0,79 são gastos com o funcionamento da máquina administrativa.

Quadro 22 - Liquidez Imediata Consolidada

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
-----------	-----------	-----------



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Ativo Circulante	55.263.295,60	5,16
Passivo Financeiro	10.700.826,81	

O índice de liquidez imediata revela perspectivas favoráveis à solvência dos compromissos assumidos a curto prazo pelo Município, pois, de cada R\$ 1,00 de dívida o município dispõe de R\$ 5,16.

Quadro 23 - Liquidez Imediata Individualizada

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Caixa e Bancos	53.811.412,25	5,02
Passivo Financeiro	10.700.826,81	

Mesmo o Município sendo analisado isoladamente demonstra que possui capacidade de solvência das dívidas assumidas a curto prazo, pois para cada R\$ 1,00 de dívida formado a curto prazo o município dispõe de R\$ 5,02, para seu efetivo pagamento.

Quadro 24 - Esforço Tributário Próprio

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR X100
Receita Tributária Própria	4.986.109,29	8,59
Transferências Constitucionais	58.066.470,17	

Comprova-se no demonstrativo Anexo TC – 04, Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, que o Município necessita de maior esforço no sentido de arrecadar seus próprios tributos, no percentual de 8,59%.

Sendo ruim em relação aos recursos oriundos das transferências constitucionais, que em última instância garantem uma boa participação da arrecadação municipal. Esta Controladoria já Notificou através de ofícios os responsáveis para maior atuação para a captação de recursos, pois pelo que analisamos ainda há incentivo e preocupação em rever alguns atos e fazer cumprir a efetiva aplicação das Leis vigentes no Município.

Quadro 25 - Carga Tributária Per Capita

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Receita Tributária	4.986.109,29	129,68
População do município	38.450	

O valor apurado no quadro 25, no que se refere ao esforço próprio para arrecadação da receita, indica, teoricamente, que cada munícipe contribui com a quantia de R\$ 129,68, diretamente em favor do fisco municipal.

Quadro 26 - Gastos com a Operação da Máquina Administrativa por cidadão



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Despesas Correntes	53.940.988,97	1.402,89
População do Município	38.450	

Ao observar o índice obtido, revela teoricamente que, cada munícipe arcaria anualmente com R\$ 1.402,89, para manter em operação as atividades da máquina administrativa municipal, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos.

Quadro 27 - Investimento por Habitante

Discriminação	Valor R\$	Indicador x100
Investimentos	12.218.080,65	317,77
População do Município	38.450	

O indicador obtido no quadro 27 demonstra que, na hipótese de que todos os investimentos públicos fossem aplicados diretamente em prol da sociedade, cada cidadão que contribuiu com R\$ 129,68, conforme quadro 25, recebeu em contrapartida o valor de R\$ 317,77, na forma de investimento.

14 - ANÁLISE DO BALANÇO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

14.1 - ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem, espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar.

Contem também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, dotação atualizada para exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A receita inicialmente prevista no orçamento foi de R\$ 66.819.569,94 e ao final do exercício a receita arrecada foi de R\$ 74.349.214,78, considerando a despesas empenhadas em um total de R\$71.947.072,93 em confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada mostra um superávit de arrecadação no montante de R\$ 2.402.141,85.

A despesa fixada inicialmente no orçamento foi de R\$ 66.819.569,94 e os créditos adicionais que causaram aumento na despesa autorizada perfazem o montante de R\$ 17.144.598,66, totalizando um valor de R\$83.964,168, 60, o total de despesas empenhadas foram de: R\$ 76.164.328,06 deduzidas às anulações no valor de, 4.217.255,13, encerrando o exercício com um valor empenhado de: R\$ 71.947.072,93.

Comparando a receita atualizada de R\$ 66.819.569,94, com a despesa empenhada no final do exercício, no valor de R\$ 71.947.072,93, verifica-se um superávit de previsão orçamentária no montante de R\$ 5.127.502,99. Porém ao confrontar a receita arrecada no valor de R\$ 74.349.214,78, e a despesa realizada no montante de R\$ 71.947.072,93, demonstra um superávit no resultado orçamentário de R\$ 2.402.141,85.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Logo se constata que o Município encontra-se em situação superavitária, pois as receitas arrecadas superam as despesas empenhadas em R\$ 2.402.141,85.

15 - ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

As contas registradas nesta peça contábil apresentam as seguintes movimentações:

Quadro 28 - Restos a pagar

Inscrição anterior ao exercício 2016 (+)	6.209.457,74
Pagamento anterior ao exercício 2016 (-)	3.074.722,54
Cancelamento anterior ao exercício 2016 (-)	1.183.000,18
Saldo anterior ao exercício 2016 (+)	1.951.734,42
Restos a Pagar em 31/12/2016 (+)	8.695.414,74
Resto a pagar em 31/12/2016 (=)	10.647.149,76

Fonte: Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

A movimentação desta conta, registrado no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário concilia com os valores registrados no anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

16 - ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa qualitativa e quantitativamente o Patrimônio da Entidade, demonstrando a situação dos bens.

Quadro 29 - Demonstrativo Consolidado

ELEMENTOS	NO FIM DE 2016
Ativo Financeiro	53.811.412,25
Passivo Financeiro	10.700.826,81
Saldo Patrimonial Financeiro	43.110.585,44

Quadro 30 - Situação financeira do Município

2016		
Ativo Financeiro	53.811.412,25	5,02
Passivo Financeiro	10.700.826,81	
2015		
Ativo Financeiro	46.189.500,76	6,96
Passivo Financeiro	6.635.251,76	



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

No exercício de 2015, a entidade contabilizou uma dívida de R\$ 6.635.251,76, no exercício de 2016, a entidade contabilizou uma dívida de R\$ 10.700.826,81, no entanto as informações de caixa e equivalente de caixa em 2016 é da ordem de R\$ 53.811.412,25. O coeficiente de liquidez imediata revela que para cada R\$ 1,00 real da dívida, a Prefeitura dispõe de R\$ 5,02 reais, portanto uma situação financeira superavitária.

Quadro 31 - O coeficiente econômico do Município

Passivo Real	30.767.619,93	33%
Ativo Real	93.238.419,43	

O índice encontrado demonstra que as dívidas do Município no exercício de 2016, representam 33%, do Patrimônio ou Ativo Real.

17 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Analisando a Demonstração das Variações Patrimoniais, verifica-se que o reflexo do Resultado Patrimonial do exercício na situação líquida inicial, resultou no Saldo Patrimonial seguinte:

Quadro 32 – Saldo Patrimonial

Patrimônio Líquido do exercício anterior	45.567.543,12	60.186.981,38
(+) Superávit Patrimonial do Exercício	14.619.438,26	
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores		

O saldo Patrimonial de 2015 no valor de R\$ 45.567.543,12, somado ao Resultado Patrimonial do Exercício Atual no valor de R\$ 14.619.438,26, somado ao Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ - 0,00, obtendo assim um Patrimônio Líquido no valor de R\$ 60.186.981,38.

18 - DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada compreende as obrigações decorrentes de financiamentos e representam compromissos assumidos em um exercício para resgate de exercícios subsequentes.

Quadro 33 – Dívida Fundada

Saldo do Exercício Anterior	3.269.985,84
(+) Inscrição	4.037.778,20
(-) Baixa	-1.529.183,07
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	5.778.580,97



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Observa-se no quadro 33, variação negativa da dívida, o que demonstra considerável redução no estoque da dívida. Que corrobora a idéia que o Município vem pagando suas dívidas, e mesmo havendo inscrição, tem-se obtido significativa redução.

Quadro 34 - Dívida Fundada em valores absolutos e a sua participação na receita arrecadada

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016
	VALOR R\$	VALOR R\$	VALOR R\$
Saldo da Dívida Fundada para o Exercício Seguinte	4.744.107,83	3.388.263,34	5.778.580,97
Receita Arrecadada	63.008.672,85	65.438.283,60	70.870.818,63
% da Dívida Fundada em relação à Receita Arrecada	7,53%	5,18%	8,15%

Nota-se que a dívida fundada do Município em relação ao exercício de 2015, para o exercício de 2016, houve um aumento, conforme se observa no quadro 34, na comparação do exercício financeiro de 2015, com dívida no valor de R\$ 3.269.985,84, com o exercício de 2016 com dívida no valor de R\$ 5.778.580,97, houve um aumento no valor da dívida fundada de R\$ 2.508.595,13 o que corresponde a um percentual de 43,41%.

19 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A demonstração de Fluxo de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da Gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

Quadro 35 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa líquido das Operações	14.246.713,27
Fluxo de Caixa líquido dos Investimentos	-7.528.633,39
Fluxo de Caixa líquido dos financiamentos	903.831,61
Geração Líquida de Caixa	7.621.911,49

Examinando a Demonstração apresentada, verifica-se que o município no decorrer do exercício financeiro de 2016, apresentou geração líquida de caixa positiva no valor de R\$7.621.911,49, indicando condições favoráveis às finanças públicas.

20 - INDICADORES CONSTITUCIONAIS

20.1 - EDUCAÇÃO

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), publicado bimestralmente pelo Poder Executivo Municipal, apresenta os recursos públicos provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas destinadas à educação, as despesas com MDE por vinculação de receita, além dos acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

Conforme disposto no art. 212, caput da Constituição Federal, os Municípios aplicarão, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais provenientes de impostos, em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parte dos recursos a serem aplicados em MDE pelos Municípios deverá ser destinada à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos profissionais do magistério, conforme o preconizado no art. 60, caput, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Tal destinação é assegurada mediante o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), previsto no art. 60, I, do ADCT e criado pela Lei Federal nº 11.494/2007.

No âmbito municipal, a educação básica contempla o ensino infantil, fundamental, e (incluídos a Educação de jovens e Adultos, a Educação Especial).

Desta forma, para fins de apuração do percentual constitucional de 25%, são considerados os recursos totais provenientes da Receita Líquida de impostos destinados à MDE. Estes recursos são constituídos pela parcela destinada ao FUNDEB e pelos demais recursos provenientes de impostos aplicados na MDE.

O presente relatório tem por objetivo relatar os indicadores contábeis pertinentes à MDE no município, tomando por base todos os recursos destinados ao Ensino no exercício de 2015.

20.2 - Indicadores das Ações com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

A Prefeitura Municipal de Buritis deveria aplicar no mínimo de R\$ 8.607.920,75 (oito milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos) em educação para cumprir a meta fiscal de aplicação de 25% dos recursos oriundos de impostos e transferências em Educação, como demonstrado no quadro36.

QUADRO 36

Receitas	Valor	
IMPOSTOS	R\$ 6.751.401,74	17,07%
Imposto Predial e Territorial Urbano	R\$ 839.434,00	2,12%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 1.761.518,15	4,45%
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens e Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	R\$ 185.524,29	0,47%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Imposto de Renda Retido na Fonte	R\$ 1.247.083,78	3,15%
Juros e Multas de Impostos S/ Impostos	R\$ 42.095,10	0,11%
Juros e Multas de Impostos S/ Impostos da Dívida Ativa	R\$ 200.004,23	0,51%
Dívida Ativa de Impostos	R\$ 439.190,61	1,11%
IPVA	R\$ 2.036.551,58	5,15%
TRANSFERENCIAS DA UNIÃO	R\$ 18.471.326,66	46,70%
FPM	R\$ 18.396.855,13	46,51%
ITR	R\$ 7.328,52	0,02%
IPI EXPORTAÇÃO	R\$ 67.143,01	0,17%
TRANSFERENCIAS DO ESTADO	R\$ 14.329.040,37	36,23%
ICMS	R\$ 14.307.624,97	36,17%
ICMS Desoneração - Lei Complementar 87/1996	R\$ 21.415,40	0,05%
RECEITA TOTAL DE IMPOSTOS / TRANSFERÊNCIAS	R\$ 39.551.768,77	100,00%
Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos	R\$ 9.887.942,19	
Receitas	Valor	

Fonte: Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Buritis.

A receita oriunda para aplicação na Educação do Município neste terceiro foi de R\$ 39.551.768,77 (trinta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos). Foi aplicado na conta dos 25%, o montante de: R\$ 10.276.262,21 (dez milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos) o volume de recursos aplicados representa 25,98%, de investimento em Educação, ficando acima do índice Constitucional de 25%, ultrapassando percentual de: 0,98% no exercício de 2016, considerando a receita própria, como demonstrada na Tabela 36.

QUADRO 37 – Aplicações na Educação

DESPESAS CONSIDERADAS	VALOR
1 - Demonstrativo das Despesas Pagas com Ensino Infantil, IN nº 22 TCE_RO.	R\$ 311.717,65
2 - Demonstrativo das Despesas Pagas com Ensino Fundamental.	R\$ 3.231.431,65



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

3 - Restos a Pagar.	R\$ 0,00
4 - Retenções do FUNDEB.	R\$ 6.722.675,91
5 - Total das Despesas Consideradas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (1+2+3+4).	R\$ 10.276.262,21
6 – Total de receita decorrentes a impostos e transferências constitucionais, artigo 212 da Constituição Federal (Total da Receita multiplicada por 100) referente Recurso Próprio da educação.	25,98%

Fonte: Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Buritis.

Conforme demonstrado a aplicação em Educação com recursos próprios de acordo com a quadro 37, sendo receitas provenientes da retenção do FUNDEB, o valor de, R\$ 6.722.675,91 (seis milhões, setecentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e um centavos), na aplicação da despesa com Ensino Fundamental um montante de R\$ 3.241.868,65 (três milhões, duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), e despesas com Ensino Infantil R\$ 311.717,65 (trezentos e onze mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos.), gerando um valor de: R\$ 10.276.262,21 (dez milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos).

QUADRO 38 – Aplicação Recursos do FUNDEB

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
1 - Receita de Transferência do FUNDEB	R\$ 15.356.792,36	100,00%
1.1 - Recebimento Efetivo do FUNDEB	R\$ 15.278.222,21	99,49%
1.2 - Aplicações Financeiras com Recursos do FUNDEB	R\$ 78.570,15	0,51%
2 - RECEITAS A CONSIDERAR		
2.1 - Valorização do Magistério (mínimo 60%)	R\$ 9.214.075,41	60,00%
2.2 - Outras Despesas do FUNDEB (máximo 40%)	R\$ 6.142.716,94	40,00%
3 - DESPESAS CERTIFICADAS, ART. 70 E 71 DA LEI FEDERAL DE Nº 9.394/96	R\$ 15.356.792,35	99,49%
3.1 - Remuneração e Valorização do Magistério (incluindo obrigações patronais - 60%)	R\$ 9.953.083,81	64,81%
3.2 - Outras Despesas do FUNDEB (40%)	R\$ 5.973.603,85	38,90%
3.3 - Despesas Relativas a Restos a Pagar do FUNDEB do exercício 2010, pagos com recursos arrecadados no exercício subsequente (art. 12, inciso I, IN de nº 22/TCE-RO-2007) FUNDEB 40%	R\$ 0,00	0,00%

Fonte: Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Buritis.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Como demonstra a tabela 08, o município de Buritis não só atingiu como ultrapassou o piso mínimo 60% (sessenta por cento), disposto na Constituição Federal, pois aplicou recursos do FUNDEB com remuneração do Magistério, neste exercício um de total de 64,81%.

Com relação aos gastos com a parte administrativa com recursos do FUNDEB, o Município aplicou 38,90%, ficando abaixo do teto de 40% (quarenta por cento), estabelecido na carta Magna.

O percentual obtido no relatório em questão ultrapassou o percentual dos 100%, justificamos que, a tabela acima considerou todos os valores liquidados, como também os rendimentos até o período, tendo em vista que uma vez a despesa liquidada não pode ser cancelada como também desconsiderada.

Esclarecemos, que os recursos destinados a Secretaria Municipal de Educação, sendo 25% dos impostos e transferências e recursos do Fundeb, 40% e 60%, devem ser geridos pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o Secretário (a) responsável pelo acompanhamento e execução orçamentária e financeira.

20.3 - INDICADORES DAS AÇÕES COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

20.4 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS, QUANTO À EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

A Secretaria Municipal de Educação fechou em 31/12/2016 com um saldo bancário conforme evidenciado abaixo:

QUADRO 39 (RECURSOS PRÓPRIOS E FEDERAIS)

PROGRAMAS	CONTA Nº	VALOR R\$
RECURSO PRÓPRIO		
RECURSO PRÓPRIO 25%	11.676-9	12.598,57
PMAE – Programa Municipal de Alimentação Escolar – Recurso Próprio	10.766-2	933,46
Total das contas		
PROGRAMAS CONTINUOS		
PDDE	12.305	1.613,02
PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO	28.361-4	274.796,22
CRECHE BB	28.466-1	4.689,34
PNATE	28.819-5	73,77
FUNDEB	10.028-5	286.156,98
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar	11.803-6	73.440,77
Merenda Escolar	11.803-6	40.840,77
Total das contas		
CONVÊNIOS		
Convênio PAR nº 19789/2013 Const. Escola Com 06 Salas na Linha LC 46	15.814-3	110.136,56
Convênio nº 05500/2013 PAC II Pro Infância Const.	14.493-2	772.728,10



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Creches.		
Convênio nº 201304127-13 Aquisição de Ônibus Escolar Caminho da Escola – PAR (01 Ônibus)	15.752-X	7.421,91
Convênio Brasil Carinhoso	16.584-0	7.068,34
Convênio Estadual nº 801468 (025/PCN/2014) ampliação da Escola Josué de Castro	16.260-4	22.759,45
Convênio PAR nº 201306390 Aquisição de brinquedos didáticos	15.810-0	20.411,19
Convênio Aquisição de Ônibus Escolar 817420/2015	17.326-6	20.731,96
PAR TC AQUIS. Mobilha Creche Chapeuzinho Vermelho.	16.707-x	100.193,54
Convênio Materiais Permanentes mesas e cadeiras	15.687-6	10.603,01
TOTAL		1.693.756,19

De acordo com o quadro acima verificamos, que a Secretaria Municipal de Educação encerrou o exercício de 2016, com um saldo significativo, no valor de R\$**1.693.756,19**, onde reforçamos nossas recomendações para que seja melhor investidos estes recursos, uma vez, que tendo o recurso disponível, não justifica a falta de aplicação dos mesmos.

Procuramos a Secretaria, e a mesma justificou que os saldos com valores expressivos, como o Salário Educação ocorreu devido à reprogramação de saldos financeiros proveniente de exercício anteriores, outro evidenciado no quadro acima relacionado ao FUNDEB, se deu devido à exoneração de servidores seletistas e comissionados que ocorreu no dia 31/12/2016, não sendo possível a efetivação dos pagamentos devidos, ficando para o exercício subsequente, o valor de R\$772.728,10 está relacionado ao Convênio de Construção das Creches Municipais, que estão em fase de execução.

Salientamos que nossa análise foi realizada por amostragem, não citando o cronograma de todos os Convênios, mas evidenciando quantos Convênios a Secretaria tem em andamento.

No quadro abaixo, analisamos em percentual o que foi investido em cada programa conforme demonstração das ações e metas desenvolvidas por amostragem, como também as alteração orçamentárias:

QUADRO – 40

ANEXO ITEM RELATÓRIO										
01 - Quadro Comparativo para Análise da Execução Orçamentária SEMED										2016
1	1	1001 - APOIO ADMINISTRATIVO								
PROGRAMAS		020701 - Secretaria Municipal de Educação						PERCENTUAIS		
Programa	Denominação	Fixado	Alterações	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Emp.	Liq.	Pago %
1001	Apoio Financeiro à Associação Estudantil	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	50.000,00	50.000,00	100,00%	100,00%	100,00%
1001	Aquisição de merenda para Unidades Escolares - PMAE - EXTRA	121.787,05	45.396,86	167.183,91	165.184,87	165.184,87	165.184,87	98,80%	100%	100,00%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

1001	Apoio Financeiro a APAE	25.109,16	0,00	25.109,16	25.000,00	25.000,00	25.000,00	99,57%	100%	100,00%
------	-------------------------	-----------	------	-----------	-----------	-----------	-----------	--------	------	---------

JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES

Aquisição de merenda para Unidades Escolares - PMAE -EXTRA - Foi necessária alteração no orçamento onde ocorreu o remanejamento de **R\$ 45.396,86**, para suplementação da Ficha 078, através da Lei 1002/2016 e Decretos nº 6403 e 6454, para empenhar as parcelas referente o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Diante disso o programa municipal de alimentação escolar foi executado a contento onde através do P.E.A. E - Programa de Escolarização da Alimentação Escolar foi realizado o repasse das 10 parcelas para os conselhos municipais de cada unidade escolar totalizando o valor de **R\$146.210,00** e aquisição de gêneros alimentícios para as escolas Multisseriadas no valor de **R\$ 18.974,87**, a quantidade de alunos atendidos são **588 na Educação Infantil** (alunos em idade de 4 a 5 anos), **110 alunos do EJA** (Educação de Jovens e Adultos) e **3.661 alunos do ensino fundamental** do 1º ao 9º ano da educação básica. Totalizando **4.359 alunos atendidos** com alimentação escolar adequada de acordo com cardápio elaborado pela nutricionista e acompanhamento do CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e planejamento do setor de Alimentação Escolar. ** informações de números de alunos informados de acordo com o censo atual, vale ressaltar que os processos de Alimentação e recursos recebidos do governo federal são realizados de acordo com o número do censo do ano anterior (2015) e atendimento à Escola Chiquilito Erse com 417 a qual era uma Escola Estadual e o município atendeu com orçamento do programa PMAE.*

O Programa de Repasse Financeiro à APAE - Foi executado a contento conforme o convênio e Plano de trabalho da Instituição verificamos que o convênio foi integralmente repassado, onde foram atendidos pelo recurso citado 153 alunos.

QUADRO – 41

ANEXO ITEM RELATÓRIO										
01 - Quadro Comparativo para Análise da Execução Orçamentária SEMED										2016
1	2	1002 - GESTÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO								
PROGRAMAS								PERCENTUAIS		
Progr.	Denominação	Fixado	Alterações	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Emp.	Liq.	Pago %
1002	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	410.760,00	21.036,70	431.796,70	327.841,60	327.841,60	327.823,81	75,92%	95,93	99,99 %
1002	Pagamento de Folha dos servidores FUNDEB 60%	9.912.615,80	536.461,00	10.449.076,80	9.953.083,81	9.953.083,81	9.953.083,81	95,25%	100,00%	100,00 %
1002	Pagamento de Folha dos servidores FUNDEB 40%	3.307.616,51	526.553,26	3.834.169,77	3.674.889,21	3.674.889,21	3.674.889,21	95,85%	100,00%	100,00 %
1002	Apoio as Atividades	3.300.793,06	388.028,88	2.912.764,18	2.200.869,30	2.200.869,30	2.200.869,30	75,56%	100,00%	100,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

	Administrativas da Ed. Básica FUNDEB 40%									%
1002	Programa Salário Educação	654.802,19	268.067,71	922.869,90	617.833,77	592.677,69	588.854,18	66,95%	95,93%	99,35 %
1002	PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	0,00	2.703,74	2.703,74	2.694,93	1.441,38	1.441,38	99,67%	1047/2016	100,00 %

JUSTIFICATIVAS DAS ALTERAÇÕES

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar O programa teve alteração orçamentária do valor fixado tendo em vista a suplementação devido à reprogramação de saldo financeiro em conta no valor de **R\$ 21.036,70** Através da Lei nº 1002/2016 e Decreto nº 6052 em 02/03/2016. O PNAE foi executado onde através do P.E.A. E programa de escolarização da alimentação escolar foi realizado o repasse das 10 parcelas para os conselhos municipais de cada unidade escolar e 07 parcelas para a APAE totalizando o valor de **R\$304.602,00** e aquisição de gêneros alimentícios pra as escolas Multisseriadas no valor de **R\$ 23.239,60** a quantidade de alunos atendidos são **588 na Educação Infantil** (alunos em idade de 4 a 5 anos), **110 alunos do EJA** (Educação de Jovens e Adultos) e **3.244 alunos** do ensino **fundamental** do 1º ao 9º ano da educação básica. **Totalizando 3.942 alunos atendidos** com alimentação escolar adequada de acordo com cardápio elaborado pela nutricionista e acompanhamento do CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e planejamento do setor de Alimentação Escolar. ** informações de números de alunos informados de acordo com o censo atual, vale ressaltar que os processos de Alimentação e recursos recebidos do governo federal são realizados de acordo com o número do censo do ano anterior (2015, no entanto o programa atendeu a demanda atual.*

Pagamento de Folha dos servidores efetivos FUNDEB 60%, O programa sofreu alteração onde ocorreu a anulação através da Lei 1056/2016 e decreto nº 6778, houve também remanejamento de fichas dentro do próprio programa onde foi anulado **R\$111.000,00** da Ficha 93 uma vez que está ficha é destinada ao pagamento de auxílio alimentação e este benefício foi extinto pelo executivo e suplementação da Ficha 91, devido a números de contratos de servidores através de Teste Seletivo aumentando o pagamento de Obrigações Patronais em favor do INSS, foi alterado através da Lei nº 1056/2016 e Decreto nº 6778 o valor de **R\$ 436.461,00** suplementando a Ficha 90 e 91, foi remanejado dentro do Próprio programa o valor de **R\$ 34.000,00** através da Lei nº 1002/2016 e Decreto nº 6969/2016, foi realizado a suplementação da Ficha 92 dentro deste programa através da Lei nº 1072/2016 e Decreto nº 6925/2016 no valor de **R\$ 100.000,00** Os remanejamentos de folha de pagamento foram necessários para os pagamentos de **268 (duzentos e sessenta e oito) profissionais do magistério**, os quais estão lotados nas 25 (vinte e cinco) unidades escolares vale ressaltar que foram atendidos 4.359 (quatro mil trezentos e cinquenta e nove) alunos.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Pagamento de Folha FUNDEB 40% foi alterado o orçamento do programa de pagamento de Folha FUNDEB 40% sendo suplementado o valor de **R\$ 370.000,00**, através da Lei nº 1056/2016 e Decreto nº 6778 o valor de **R\$32.500,00 + 4.053,26** foi suplementado através da Lei nº 1056/2016 e Decreto nº 6778, **R\$5.000,00** através da Lei 1002/2016 e Decreto 6454 dentro do próprio programa, remanejamento entre fichas dentro do próprio programa no valor de **R\$ 25.000,00** através da Lei nº 1002/2016 e Decreto nº 6959 remanejamento dentro do próprio programa entre fichas orçamentárias, foi suplementado o programa em **R\$ 500.000,00** através da Lei nº 1072/2016 e Decreto nº 6925 e alterado sendo anulado através da Lei nº 1056/2016 e Decreto nº 6778 o valor de **R\$ 380.000,00** (Trezentos e oitenta mil reais) o mesmo ocorreu devido o auxílio alimentação ter sido extinguido pelo executivo e remanejado para vencimento e vantagens devido o aumento no salário dos servidores, o programa foi realizado o pagamento de 177 (Cento e setenta e sete) servidores como vigia, zeladoras, cozinheiras, inspetores de pátio, cuidadoras, supervisores, orientadores, secretaria escolar, diretor e vice-diretores os quais estão lotados nas 25 (Vinte e cinco) unidades escolares e técnicos lotados da Secretaria Municipal de Educação, vale ressaltar que foram atendidos 4.359 (quatro mil trezentos e cinquenta e nove) alunos.

Apoio as Atividades Administrativas da Ed. Básica FUNDEB 40% foi alterado o orçamento sendo anulado na Ficha 84 o valor de **R\$ 88.961,00**, através da Lei nº 1056 e Decreto nº 6778, tal anulação foi realizada devido à necessidade de suplementação na Ficha 094, a qual houve despesa acima do previsto devido o aumento no salário de base dos servidores, em 28 de janeiro teve a criação da Ficha 322 de serviço de Pessoa Física tendo em vista a necessidade de pagamento de locação de espaço físico para funcionamento da Escola Paulo Freire-extensão, a mesma se deu através da Lei nº 1002/2016 e Decreto nº 6011 onde foi anulado da Ficha 101 dentro do próprio programa o valor de **R\$ 97.167,60**, foi anulado o Valor de **R\$ 370.000,00** através do Decreto 6778 e Lei nº 1056/2016 para suplementar o programa de Pagamento de Folha em 02/03/2016, foi suplementado o programa no valor de **R\$ 679.138,72** através da Lei nº 1002/2016 e Decreto nº 6052 proveniente de recursos de reprogramação financeira, foi anulado o valor de R\$ 600.000,00 através da Lei nº 1072/2016 e Decreto nº 6925 para suplementação do programa de Folha de Pagamento FUNDEB 40% e 60%.

Programa Salário Educação foi alterado mediante a Lei nº 1002/2016 Decreto nº 6052, tendo em vista a reprogramação de saldo financeiro em conta ao final de exercício de 2015 no valor de **R\$ 268.067,71**, o programa vem sendo executado foi pago um mês de aluguel do centro de formação continuada e dois meses de aluguel da escola Paulo Freire extensão com recurso do programa, vem sendo pago gás para as escolas, combustível, gêneros alimentícios para os encontros pedagógicos e alimentação escolar para os alunos da Escola Chiquilito Erse, materiais de papelaria, limpeza e higienização, materiais de construção para manutenção e reparos nas escolas, aquisição de pneus, peças e serviços para os veículos, kits psicológicos, limpeza de fossas, limpeza e manutenção em ar condicionados, programa de software para as Escolas e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

aquisição de extintores atendendo as 25 escolas municipais.

PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola, foi alterado o orçamento tendo em vista não haver previsão de recebimento do recurso pela prefeitura, no entanto foi reprogramada saldo de recurso referente ao exercício de 2015 da Escola Padre Ezequiel o qual o FNDE fez transferência em 11/11/2015, para tanto foi aprovado através da Lei nº 1047 e Decretos 6675 e 6676. O programa atendeu 19 (dezenove) alunos regularmente matriculados no ano de 2016.

De acordo com o exposto acima, observamos várias alterações orçamentárias, esta Controladoria através de ofícios, reuniões e memorandos recomendou em 2015 e 2016, por várias vezes, se posicionando contrária a estas práticas, que evidencia falta de planejamento por parte das Secretarias. Após análise vimos que as mesmas não conseguiriam encerrar os exercícios sem praticar tais atos. Mediante o exposto RECOMENDAMOS a Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Educação, através deste sucinto relatório, para suspender estas práticas e ter maior controle orçamentário, do que fora planejado inicialmente.

Quanto aos resultados de 2015 e 2016 o INEP ainda não divulgou o resultado das avaliações aplicadas. A Secretaria vem trabalhando com objetivo de alcançar a nota 6,0(seis) a qual se considera bom em consonância com os objetivos macros do governo federal, estipulados em 2012, que vem garantir a oferta, manutenção e melhoria da educação básica conforme a Lei 9.394/96.

A Secretaria Municipal de Educação implementou e melhorou ações e metas conforme análise abaixo de acordo com os programas a seguir:

Outro fator primordial foi o investimento em formação continuada de professores e técnicos para tanto foi oferecido pelo Centro de Formação continuada os curso descritos abaixo para professores, supervisores, diretores e outros profissionais conforme abaixo:

- ✓ AEE- atendimento educacional especializado capacitando professores;
- ✓ Alimentação escolar para profissionais (merendeiras) que estão lotadas nas escolas;
- ✓ Curso de Gestão Escolar para Diretores das Escolas;
- ✓ Curso de Técnico em finanças oferecido para 29 profissionais que iniciou em 2015 e encerrou em 2016;
- ✓ Gestar I de língua Portuguesa para professores;
- ✓ Gestar II Psicopedagogia atendendo os professores da rede municipal;
- ✓ Gestar II interdisciplinar;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

- ✓ Gestão Escolar com ênfase em orientação;
- ✓ Gestão Escolar com ênfase em supervisão;
- ✓ Pedagogia 40 alunos que iniciou em 2015 continuando em 2016;
- ✓ Formação pela escola.

Através dos recursos para manutenção FUNDEB 40%, foi realizado pagamento da locação da extensão da escola Paulo Freire onde atende a educação infantil o espaço é composto por 7 salas de aulas, 1 cozinha, salas de administração, de professores e direção e pátio devidamente coberto neste espaço atende 207 alunos.

Contudo visando promover a eficiência, eficácia e efetividade dos Programas Metas e Ações, conforme nossa análise para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem na educação básica mensurando os parâmetros programados através de índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) onde os índices **projetados** para as séries **iniciais de 1º ao 5º ano, em 2015 foi de 4,4 e o alcançado foi de 5,3. Ficando superior ao estimado.**

21 – DOS RESULTADOS OBTIDOS, COMPARATIVAMENTE AS DESPESAS PLANEJADAS E EFETIVAMENTE EXECUTADAS EM TERMO QUANTITATIVO E QUALITATIVO, REFERENTE AOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.

QUADRO 42

1ª AÇÃO PLANEJADA: ANOS – 2014 a 2016 PROJETO ATIVIDADE - 2024 - PNAE PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR					
PROGRAMA REFERENTE AOS ANOS: 2014 a 2016- PROGR-1002 – GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO					
Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios					
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado
2014	2014	2015	2015	2016	2016
R\$373.406,04	R\$293.724,00	R\$326.360,00	R\$357.320,00	431.796,70	327.823,81
Resultado Obtido					
Ação voltada para a alimentação Escolar observamos que foi, eficiente, o planejado ficou superior ao executado na gestão desta ação, foi repassadas as 10 parcelas para as escolas conforme recebidas do Governo Federal, apenas a APAE recebeu 7(sete) parcelas de acordo com o plano de trabalho elaborado pela instituição, ficando 3 (Três), para reprogramação em 2017, com o programa foi atendido 3.942 alunos, ressaltando que o recurso recebido foi de acordo com o número de alunos de 2015, no entanto foi atendido a demanda atual. Demonstrando nesta projeção,					



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

em termos quantitativos e qualitativos foi de **75,92%** aplicado.

QUADRO 43

2ª AÇÃO PLANEJADA: ANOS 2014, 2015 E 2016, PROGR. 1002 – GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE 2019 – PAGAMENTO DE FOLHA DE SERVIDORES EFETIVOS FUNDEB 60%

PROJETO ATIVIDADE 2020 – PAGAMENTO DE FOLHA SERVIDORES EFETIVOS FUNDEB 40%

PROJETO ATIVIDADE 2021 – APOIO AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB 40%

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios

Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado
2014	2014	2015	2015	2016	2016
R\$ 14.892.467,47	R\$13.306.143,39	R\$ 15.860.477,85	R\$ 15.080.410,22	R\$17.300.164,09	R\$15.833.573,32

Resultado Obtido

Ação voltada para o atendimento à educação básica, onde observamos que o valor orçado não foi atingido, o percentual de investimento para a valorização do magistério foi aplicado **64,81%**. Quanto à aplicação do recurso foi eficiente ficando evidenciado que o quantitativo e qualitativo foi dentro da normalidade atingindo **91,52%**, e o saldo remanescente aplicado em conta.

QUADRO 44

3ª AÇÃO PLANEJADA: ANOS 2014, 2015 E 2016, PROGR. 1002 – GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE - 2022: Anos 2014 a 2016 – PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios

Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado
2014	2014	2015	2015	2016	2016
R\$700.813,87	R\$547.652,63	R\$630.000,00	R\$461.180,43	R\$946.369,90	R\$610.922,70

Resultado Obtido

Nesta ação, foi pago o programa de software para as Escolas e administração escolar, gás de cozinha para as escolas, foi adquirido combustível para os ônibus que realizam o transporte escolar da frota própria, materiais gráficos como pasta de alunos, carimbos etc. pagamento de energia elétrica das escolas, manutenção de aparelhos de ar condicionados, manutenção com esvaziamento de fossas das escolas, manutenção dos veículos da frota própria desta secretaria com peças, pneus e outros, foi adquirido camisetas para os alunos do 5º ano inseridos no programa de prevenção as drogas, gêneros alimentícios para os encontros pedagógicos, manutenção e reparos na rede elétrica



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

das escolas, foi construído uma sala para ser usada como dispensa na Escola Sebastião Theodoro, construção de 2 (duas) salas na Escola Maria Marta Braga, pintura das Escolas. Em termos quantitativos e qualitativos executou um percentual de **64,55%**, o restante do recurso ficou em conta, julgamos a ação eficiente, porém não foi eficaz e efetivo.

QUADRO – 45 - CONVÊNIO PAR 20130/2013

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA / ALTERAÇÕES	EXECUTADA
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDATICO	Meta física não prevista no PPA, sendo inserida no orçamento em 2016 por meio da lei 1060/2016 e Decreto nº 6834/2016. Trata-se de convenio do FNDE firmado em dezembro de 2013 para aquisição de materiais didáticos para educação infantil.	• R\$ 20.170,76	Não foi executado, porém o processo para aquisição foi aberto e está em fase de licitação.

QUADRO 46 - Termo de Compromisso PAR nº 20130639 FNDE.

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2016 por meio da lei 1005/2016, tendo sido empenhado durante o exercício. Executou-se 100% do convênio em 2016.	• R\$ 518.786,00	100% em 2016. Materiais entregues e pagos.

22 – DAS EXECUÇÕES DE CONVÊNIOS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

QUADRO 47 - Convênio n.º233/PCN/2014

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
PAVIMENTAÇÃO COM DRENAGEM	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015, tendo sido licitado e	• R\$ 254.729,17	• 52,36% em 2015, conforme medições apresentada.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

EM VIAS	empenhado durante o exercício. Executou-se 52,36% da obra em 2015, ficando 47,64% a ser executado no exercício de 2016. No ano de 2016 foram executados 33,34% e 14,30% referente às glosas feitas.	Ficando o saldo inscrito em Restos a Pagar não processado para continuidade da obra em 2016	33,34% executado em 2016. Tendo sido glosado 14,30% referente às glosas nas metragens das vias pavimentadas, o qual fora devolvido ao ministério da defesa na prestação de contas final.
----------------	---	---	---

QUADRO 48 Convênio n.º026/PCN/2014

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
PAVIMENTAÇÃO EM VIAS	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015, sendo executado 76,64% da obra em 2015, porém não pagos por falta de tempo hábil, pois a medição foi apresentada no fechamento do exercício de 2015. Ficando 23,36% a ser executado no exercício de 2016. . No ano de 2016 foram executados 16,75% e 6,61% referente às glosas feitas.	R\$ 254.804,54 - Ficando o saldo inscrito em Restos a Pagar não processado para continuidade da obra em 2016	76,64% executado em 2015, conforme. 16,75% executado em 2016. Tendo sido glosado 6,61% referente às glosas nas metragens das vias pavimentadas, o qual fora devolvido ao ministério da defesa na prestação de contas final.

QUADRO 49 - Convênio n.º325/PCN/2014

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
PAVIMENTAÇÃO E	Meta física não prevista no PPA. O convênio	R\$ 1.019.235,13	0,00% em 2015.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

DRENAGEM	foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015, por exigência do Ministério da Defesa- Programa Calha Norte, porém o projeto básico de engenharia e o pagamento do convênio só ocorreram na ultima quinzena de dezembro, não havendo tempo hábil para realização do certame licitatório e posterior empenho. Para tanto a execução ficou para execução no ano de 2016. Em 2016 foi executado 85,20%, ficando a conclusão para o ano de 2017.	• Executado • 868.388,33	• 85,20% em 2016
-----------------	---	---	--

QUADRO 50 - Contrato de Repasse N.º265.963-43/2008/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
PAVIMENTAÇÃO EM TSD- TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO E DRENAGEM COM TUBOS EM CONCRETO CONFORME PROJETO.	Meta física não prevista no PPA, sendo inserida no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015. Trata-se de convenio firmado em dezembro de 2008 tendo sido iniciado a obra em julho de 2010 tendo sido executado 54,38% da obra ficando a mesma paralisada. Devido à paralisação fez se necessário o envio do mesmo ao órgão interveniente Caixa Econômica Federal para análise do projeto que devido a tempo de paralisação para reprogramação do custos, adequação e atualização das peças técnicas de engenharia para posteriormente elaborar novo procedimento licitatório. Não sendo aprovada tais adequações não foi possível a execução do certame licitatório, nem empenho, ficando mesma a ser executado no exercício de 2016. No exercício de 2016 havendo a reprogramação dos valores de projetos e sendo a contrapartida para execução excedente aos limites do Município, esta Municipalidade solicitou a aprovação do executado, bem como redução de meta quanto ao restante dos serviços. A aprovação da redução de meta esta em análise pela caixa econômica Federal.	• R\$ 510.095,00 (inicial) • Em 2015 R\$ 224.952,00	• 0,00% em 2015. • 0,00% em 2016.

QUADRO 51 - Contrato de Repasse/Convênio n.º806283/2014/MAPA/CAIXA

META FÍSICA	META FINANCEIRA
--------------------	------------------------



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 956/2015. Ocorreu o processo licitatório e o empenho global do valor. Porém não houve execução do objeto contratado no exercício de 2015, pois ao término do processo licitatório e homologação do mesmo, nos encontrávamos no período de inverno amazônico, não possibilitando a ordem de serviço à empresa contratada, visando/evitando a perda dos serviços, tendo sido licitado e empenhado durante o exercício os valores empenhados encontram-se em restos a pagar. O convênio foi executado em sua integridade, sendo realizado também a prestação de contas ao conveniente.	• R\$ 346.502,52	• 0,00% em 2015, conforme medições apresentadas. 100% de execução em 2016.

QUADRO 52 - Convênio n.º043/14/ASJUR/DEOSP/RO

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA FABRICAR MANILHAS	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015. Houve valores empenhados, liquidados e pagos dentro do exercício, perfazendo 29,00%. O restante dos valores empenhados e inscritos em restos a pagar não processados para 2016 foram executada 100%	• R\$ 224.815,35	• 29,00% em 2015, conforme notas fiscais apresentadas. • 71% executado em 2016

QUADRO 53 - Convênio n.º050/2015/FITHA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
RECUPERAÇÃO DE	Meta física não prevista no PPA. O convênio	• R\$ 787.891,27	• 100% da meta



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

ESTRADAS VICINAIS	foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 969/2015, para a recuperação de 407 km de estradas vicinais. Porém não houve tempo hábil para contratação do mesmo em 2015. Sendo executado em 2016. Contudo na fase licitatória houve uma economia de licitação da qual originou uma ampliação de meta para execução de mais 14.893 m a serem executados em 2017.	Empenhado R\$ 660.850,88 Pago 575.989,38 A pagar em 2017 80.761,50	inicial prevista executado em 2016.
--------------------------	--	--	--

QUADRO 54 - Convênio n.º047/2016/FITHA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento de 2016 por meio da lei 1002/2015/LOA, com objetivo de recuperar 426 km de linhas, tendo sido executado 88,03% em 2016 ficando 11,97 o equivalente a 51 km para ser executado em 2017. Contudo na fase licitatória houve uma economia de licitação da qual originou uma ampliação de meta para execução de mais 21.075 km a serem executados em 2017.	• R\$ 819.445,46	• 87,94% em 2016, conforme notas fiscais apresentadas.

QUADRO 55 - Contrato de Repasse n.º306.455-72/2009/MTURISMO/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015. Trata-se de convenio firmado em 2010 com inicio da obra em maio de 2011 e paralisada em agosto de 2011 devido ao não repasse do recurso financeiro ao município, após houve retomada, no entanto, em 2013 a mesma	• R\$ 309.797,00 inicial • R\$ 295.302,62 para 2015 • Saldo inscrito em Restos a Pagar	• 0,0% em 2015 • 82,96% em 2016



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

	tornou a ser paralisada com 21,16% da obra executada. Em 2015 após contato com a Caixa econômica readequamos o projeto e submetemos a reanálise o qual foi aferido pela mesma, sendo assim foi realizado procedimento licitatório e empenhou-se o valor corresponde no exercício 2015. Todavia a ordem de serviço só foi emitida no ano de 2016 devido à necessidade de realocação dos feirantes para que a empresa vencedora iniciasse a obra. Em 2016 foi executado 82,96% ficando o restante de 17,04% para conclusão em 2017.	não processado p continuidade da obra em 2016	
--	---	---	--

QUADRO 56 - Convênio n.º802103/2014/MAPA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA DE LICOR	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 993/2015. Trata-se de convenio iniciado em novembro de 2014, contudo não houve medição para pagamento. Passando em restos apagar tendo sido executado 27,25% da obra. Contudo devido determinação judicial a referida obra foi paralisada, ao ser chamado para retomar a obra a empresa não compareceu sendo necessário novo procedimento licitatório. Porém até o término do exercício não havia sido concluído o segundo ato licitatório, não podendo então ser empenhado. Em 2016 foi executado 98,82%	• 231.456,43 (inicial) • R\$ 191.593,00 para 2015	• 0,00% em 2015 • 98,82% executado em 2016. Tendo sido glosado 1,18% referente às glosas feitas, o qual fora devolvido ao órgão competente na prestação de contas final.

QUADRO 57 - Contrato de Repasse n.º303.400-46/2009/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da	• 263.000,00 • R\$ 57.731,96	• 3,30% executado em 2011. • 0,00% em 2015.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

MUNICIPAL	lei 926/2015. Trata de convenio firmado em 2009 Obra iniciada em 2011 com evolução de 3,30% sendo paralisada por falta de repasse por parte do ministério. Em 2015 reformulamos o convenio e submetemos a analise da caixa econômica o qual fora aferido. Porém até o término do exercício não havia sido concluído o segundo ato licitatório, não podendo então ser empenhado. Em 2016 foi executado 100% do objeto licitado.	para 2015	100,00% em 2016.
------------------	--	------------------	--

QUADRO 58 - Contrato de Repasse/Convênio n.º798579/2013/ME/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO 1ª ETAPA	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 976/2015. Porém não houve execução do objeto contratado, tendo em vista que ao termino do processo licitatório e homologação do mesmo, encontrávamos em período de inverno amazônico, não possibilitando ordem de serviço a empresa contratada, evitando a perca dos serviços. Os serviços empenhados no orçamento 2015 ficaram 100% para execução em 2016. Em 2016 foi executado 27,16%, ficando 72,84% para ser executado em 2017.	R\$ 456.891,11	0,00 em 2015 27,16% em 2016

QUADRO 59 - Contrato de Repasse/Convênio n.º811078/2014/MAPA/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO ¾ CARGA SECA	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015. Houve valores empenhados e liquidados cumprindo 100% da meta física prevista, porém não pagos, por falta de tempo hábil, pois o recurso financeiro do convênio foi repassado pelo Ministério de Agricultura nos	R\$ 123.700,00	0,00 em 2015 100% em 2016.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

	últimos dias de fechamento do exercício. Houve a execução de 100% do objeto no exercício de 2016.		
--	---	--	--

QUADRO 60 - Contrato de Repasse/Convênio n.º184/PCN/2015 (817420)

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO – ONIBUS ESCOLAR	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015. Houve valores empenhados e liquidados cumprindo 100% da meta física prevista, porém não pagos, por falta de tempo hábil, pois o recurso financeiro do convênio foi repassado pelo Ministério de Agricultura nos últimos dias de fechamento do exercício. Houve a execução de 100% do objeto no exercício de 2016. A prestação de conta será realizada no exercício de 2017.	• R\$ 123.700,00	• 0,00 em 2015 • 100% em 2016.

QUADRO 61 - Contrato de Repasse/Convênio n.º099/PCN/2015 (817160)

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS.	Não previsto no orçamento inicial, pois se trata de um Convênio com recursos do Ministério da Defesa, Programa Calha Norte sob nº CV 099/DPCN/2015, inserido no Orçamento Vigente como crédito adicional suplementar no valor de R\$ 502.000,00, através do Decreto nº 6551 (Lei nº 1018/2016), destinados a construção da 1ª etapa da Sede da Câmara Municipal, o qual se encontra licitada e com ordem de serviço expedida em 29 dezembro de 2016, ficando o mesmo inscrito em restos a pagar com suficiência financeira. Para ser executado em 2017.	• R\$ 425.062,40	• 0,0% em 2016.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Como podemos observar todos os Convênios acima citados, são acompanhados pela Secretaria de Planejamento, onde a mesma expõe a situação de cada contrato dos respectivos convênios, todos inseridos na LOA, por meio de Lei específica, por se tratar de Créditos Especiais. No entanto, para esta Controladoria, as execuções destes Convênios são de suma importância, mesmo tendo passado por situações atípicas, visando o fortalecer a estrutura do Município de forma geral, e estão sendo executados conforme previsto inicialmente.

Em termos quantitativos e qualitativos é imprescindível e notória a importância destes recursos, tendo este Controle Interno acompanhado para que os mesmos sejam executados conforme previsão, visando não causar prejuízos ao erário nem tão pouco aos Municípios, os principais beneficiários, os quais em muito contribuirão para a melhoria da qualidade de vida da população.

23 - DOS RECURSOS INVESTIDOS EM SAÚDE

A Emenda Constitucional nº 29 (EC-29), determina a parcela mínima das receitas de cada ente da federação a ser aplicada na área de saúde. Para os municípios, estipula que devam dedicar, respectivamente, um mínimo de 15% de suas receitas anuais para o financiamento à saúde. A EC-29 foi regulamentada apenas em 2012, através da Lei Complementar nº 141, que trata de especificar de forma mais detalhada quais tipos de gastos são considerados como da área da saúde.

Para o município, a base para o cálculo dos 15% sobre a receita é composta pela soma de cinco fontes: (I) impostos municipais (ISS – sobre serviços de qualquer natureza; IPTU – sobre a propriedade predial e territorial urbana; ITBI – sobre a transmissão de bens imóveis), (II) transferências da União (cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); cota-parte do ITR; transferências da Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir), (III) imposto de renda retido na fonte, (IV) transferências do Estado (cota-parte do ICMS; cota parte do IPVA; cota-parte do IPI - Exportação) e (V) outras receitas correntes (receita da dívida ativa de impostos, multas, juros e correção monetária de impostos).

Quadro 62 - Demonstrativo da Aplicação de Recursos Municipais em Ações e Serviços Públicos de Saúde – SIOPS – 2016 em milhares

ITENS	EXECUTADO
A) Receita de Impostos – Vinculada conforme a LC 141/2012 – em R\$	39.551.768,77
B) Despesas Liquidada com Recursos Próprios em Ações e Serviços de Saúde – em R\$	6.782.483,15
C) Despesa Paga com Recursos Próprios em Ações e Serviços de Saúde – em R\$	6.769.813,92
D) Despesa Total com Ações e Serviços Públicos de Saúde	13.552.297,07
E) Recursos Próprios aplicados em Ações e Serviços de Saúde – em % (D=B/AX100)	17,15%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

F) Recursos Próprios aplicados em Ações e Serviços de Saúde – em % (E=C/AX100)	17,12%
G) Previsão de Habitantes estimados para 2014 – Fonte IBGE	38.450
H) Despesa Total com Ações e Serviços de Saúde por Habitante – em R\$ (H=D/G) *100	352,46
I) Despesa com Recursos Próprios em Ações e Serviços Saúde por habitantes – em R\$ (I= B/G) *100	176,39

Fonte: SIOPS 6º Bimestre/2016 e IBGE

Nota se que o município investiu em saúde o montante R\$ 13.552.297,07, considerando os recursos próprios e os recebidos, com isso demonstra que a despesa com saúde per capta alcançou o valor de R\$ 352,46, atingindo o percentual de 17,15%. Ao considerar os recursos próprios de R\$ 6.769.813,92, o município teve uma despesa por habitante de R\$176,39. Neste contexto o município cumpriu a determinação legal com investimentos acima do limite mínimo estabelecido pela lei.

Quadro 63 - Percentual dos Recursos Próprios Aplicados em Saúde no Município – 2014 a 2016 em milhares

PERÍODOS	DESPESAS COM SAÚDE PARA EFEITO DE CÁLCULO	% APLICADO	CUMPRIMENTO
2014	5.751.769,40	17,29	Cumpriu
2015	6.019.907,84	17,48	Cumpriu
2016	6.769.813,92	17,15	Cumpriu

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

Observa-se no quadro 63 que a aplicação dos recursos no município, manteve-se estável no período em análise, sendo verificado uma pequena diminuição no período de 2015 a 2016 no montante de R\$749.906,08.

24 - RESULTADO PRIMÁRIO

24.1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Esse demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, que conforme estabelecido no art. 165, §3º da Constituição da República Federativa do Brasil, o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, a sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária do Município.

O Demonstrativo contém os valores das receitas e despesas primárias, discriminadas em correntes e de capital, o resultado primário, os saldos de exercícios anteriores, e a discriminação da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

As Receitas Primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.

As Despesas Primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

O resultado dessa operação será utilizado para o cálculo do Resultado Primário. O Resultado Primário indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

O resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não financeiras). Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida, contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não financeiros que ultrapassam as receitas não financeiras.

Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A seguir é demonstrada a composição das Receitas no exercício de 2014, 2015 em confronto com o exercício de 2016, o qual se tomou como base o último bimestre dos respectivos exercícios financeiros:

Quadro 64 – Composição das Receitas em confronto com o exercício de 2014, 2015 x 2016 em milhares

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS			ANÁLISE VERTICAL	2016 /2015
	2014	2015	2016	AV	AH
Receitas Primárias Correntes (I)	56.794.588,00	58.202.468,78	64.926.385,12	96,95%	11,55%
Receita Tributária	3.885.859,27	3.978.097,41	4.986.109,29	7,45%	25,34%
IPTU	431.556,60	382.504,52	839.358,70	1,25%	119,44%
ISS	1.488.556,55	1.593.736,08	1.761.518,15	2,63%	10,53%
ITBI	202.506,44	264.303,95	185.524,29	0,28%	-29,81%
IRRF	1.067.555,57	983.283,78	1.247.083,78	1,86%	26,83%
Taxas	695.684,11	754.269,08	952.624,37	1,42%	26,30%
Contribuição de Melhoria	-	-	-	0,00%	0,00%
Outras Receitas Tributárias	-	-	-	0,00%	0,00%
Receita de Contribuições	4.850.040,47	5.132.773,05	6.081.913,03	9,08%	18,49%
Receitas Previdenciárias	4.476.313,69	4.660.014,88	5.655.537,66	8,45%	21,36%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Outras Receitas de Contribuições	373.726,78	472.758,17	426.375,37	0,64%	-9,81%
Receita Patrimonial Líquida	-	-	-	0,00%	0,00%
Receita Patrimonial	3.716.222,05	4.591.145,32	6.989.914,98	10,44%	52,25%
(-) Aplicações Financeiras	3.716.222,05	4.591.145,32	6.989.914,98	10,44%	52,25%
Transferências Correntes	45.897.499,02	48.399.187,92	52.454.251,72	78,33%	8,38%
LC 61/89	44.665,16	60.858,52	53.714,39	0,08%	30,16%
LC 87/96	16.944,47	17.564,29	17.498,28	0,03%	0,38%
Convênios	2.950.148,89	1.319.022,18	1.110.457,46	1,66%	-15,81%
FPM	10.888.141,86	11.494.408,16	14.961.370,16	22,34%	30,16%
ICMS	10.783.458,72	11.708.278,14	11.446.556,83	17,09%	-2,24%
IPVA	1.235.254,91	1.412.981,79	1.629.240,11	2,43%	15,31%
ITR	4.087,41	7.327,32	5.862,93	0,01%	-19,99%
Outras Transferências Correntes	19.974.797,60	22.378.747,52	23.229.551,56	34,69%	3,80%
Demais Receitas Correntes	2.161.189,24	692.410,40	1.404.111,08	2,10%	102,79%
Divida Ativa	1.158.899,11	475.332,21	674.402,70	1,01%	41,88%
Diversas Receitas Correntes	1.002.290,13	217.078,19	729.708,38	1,09%	236,15%
Receitas de Capital (II)	3.323.840,86	2.644.669,50	2.433.014,68	3,63%	-8,00%
Operações de Crédito (III)	825.978,06	-	391.839,54	0,59%	-100,00%
Amortização de Empréstimos (IV)	-	-	-	0,00%	0,00%
Alienação de Bens (V)	-	-	-	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	2.497.862,80	2.644.669,50	2.041.175,14	3,05%	-22,82%
Convênios	2.497.862,80	2.207.989,50	2.041.175,14	3,05%	-7,56%
Outras Transferências de Capital	-	436.680,00	-	0,00	-100%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,00%	0,00%
Receitas Primárias de Capital (VI) = (II-III-IV-V)	2.497.862,80	2.644.669,50	2.041.175,14	3,05%	-22,82%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL= (I+VI)	59.292.450,80	60.847.138,28	66.967.560,26	100,00%	10,06%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2014, 2015 e 2016

O quadro 64 demonstra que a Receita Primária Total do ano de 2016, teve um aumento de 10,06% ou seja, um acréscimo de R\$ 6.120.421,98 em relação ao exercício de 2015.

Quadro 65– Composição das Despesas em confronto com o exercício de 2015 x 2016

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS EXECUTADAS				
	EM 2015		EM 2016		2015/2016
	Liquidadas até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas	Liquidadas até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas	
Despesas Correntes (VIII)	51.414.026,60	1.009.124,10	56.441.007,93	1.758.801,28	9,78%
Pessoal e Encargos Sociais	34.070.931,61	140,79	36.474.249,88	-	7,05%
Juros e Encargos da Dívida (IX)	501.816,24		868.209,00	-	73,01%
Outras Despesas Correntes	16.841.278,75	1.008.983,31	19.841.278,75	1.758.801,28	



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Despesas Primárias Correntes (X) = (VIII-IX)	50.912.210,36	1.009.124,10	55.572.798,93	7.758.801,28	9,15%
Despesas de Capital (XI)	2.564.951,79	3.811.194,71	6.957.914,85	6.789.348,87	171,27%
Investimentos	1.209.107,30	3.811.194,71	5.428.731,78	6.789.348,87	348,99%
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos (XII)	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já integralizado (XIII)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	1.355.844,49	-	1.529.183,07	-	12,78%
Despesas Primárias de Capital (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	1.209.107,30	3.811.194,71	5.428.731,78	6.789.348,87	348,99%
Reserva de Contingência (XVI)	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS (XVII)	-	-	-	-	-
Despesas Primárias Total (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)		52.121.317,66	61.001.530,71		17,04
Resultado Primário (XIX) = (VII-XVIII)		8.725.820,62	3.905.501,81		-31,63

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2015 e 2016

Tem-se que a Despesa Primária Total do ano de 2016, teve um aumento de 17,04%, ou seja, um acréscimo de R\$ 7.880.213,05, em relação ao mesmo período do ano de 2015. Ao se analisar detalhadamente, verifica-se que as Despesas Primárias Correntes tiveram um aumento de 9,15% em comparação com as Despesas Correntes de 2015 com 2016, ou seja, um acréscimo de R\$ 4.660.580,57. Já as Despesas Primárias de Capital aumentou 348,99% ou seja, um acréscimo de R\$ 4.219.624,48 em comparação com as Despesas Primárias de Capital de 2015 com 2016.

Quadro 66 – Comparativo do Resultado Primário entre o exercício de 2014, 2015 e 2016 em milhares.

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2016/ 2015	DIFERENÇA
Receita Primária Total	59.292.450,80	60.847.138,28	66.967.560,26	10,06%	6.120.421,98
Despesa Primária Total	61.373.381,30	52.121.317,66	61.001.530,71	17,04%	8.880.213,05
Resultado Primário	- 2.080.930,50	8.725.820,62	5.966.029,55	-31,63%	-2.759.791,07
Saldo de Exercício Anteriores	2.719.256,90	3.097.213,83	7.097.213,83	129,15%	12.240.843,96
Meta Fiscal para o Exercício LDO	583.708,18	212.052,11	637.403,50		

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2014, 2015 com 2016



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Como este demonstrativo tem por objetivo apurar o Resultado Primário realizado pelo ente, com vistas a avaliar o cumprimento da meta estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, verifica-se que o Resultado Primário 2016, foi maior que a meta fiscal do exercício 2015.

A Receita Primária Total de 2016 apresentou um aumento de 10,06%, ou seja, um acréscimo de R\$ 6.120.421,98, em comparação com a Receita Primária Total de 2015 com 2016. A Despesa Primária Total também obteve um aumento significativo, tendo um percentual de 17,40% em relação ao exercício de 2015, ou seja, um aumento de R\$ 8.880.213,05 em comparação com a Despesa Primária Total de 2015 com 2016, cumprindo desta forma o resultado primário apurando-se um Superávit Primário no montante de R\$ 5.966.029,55.

25 - RESULTADO NOMINAL

25.1 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA

O Demonstrativo do Resultado Nominal mede o comportamento (evolução) da Dívida Fiscal Líquida. A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da Dívida Consolidada Líquida somado às receitas de privatizações, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores, como por exemplo, parcelamento de tributos e contribuições.

Quadro 67 – Comparativo do Resultado Nominal 2015 com 2016 em milhares

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	%
Dívida Consolidada (I)	3.388.263,94	5.896.858,47	74,04%
Deduções (II)	11.113.460,12	9.528.424,39	-14,26%
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.788.721,69	9.820.105,49	-16,70%
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	675.261,57	291.681,10	-56,80%
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I-II)	-7.725.196,78	-3.631.565,92	-52,99%
Receita de Privatizações (IV)	-	-	-
Passivos Reconhecidos (V)	-	-	-
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III+IV-V)	-7.725.196,78	-3.631.565,92	-52,99%
Resultado Nominal	4.046.810,43	4.093.630,96	1,16%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2015 e 2016

A Dívida Consolidada líquida evidenciada em 31/12/2016 comparado a 31/12/2015, já consideradas as amortizações do período, teve uma redução de (-52,99%), (decrécimo de R\$ (4.093.630,86). Neste contexto apurou-se um resultado nominal de R\$ 4.093.630,86, no exercício financeiro de 2016, obtendo um resultado superior a meta estabelecida na LDO de (R\$ - 1.931.291,34), sendo um resultado insatisfatório de acordo com nossa análise. Os dados apresentados estão em consonância com o RREO – anexo 5, extraído do sistema de contabilidade atualizado.

26 - DÍVIDA CONSOLIDADA



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Segundo a 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN) o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e, ainda, evidenciar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes.

Em parte destacada do demonstrativo são evidenciados os valores do Regime Previdenciário. Essa evidenciação é necessária em função da composição e das peculiaridades do patrimônio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS).

A análise dos pontos de destaque do demonstrativo da Dívida Consolidada é a que se segue, referente ao exercício de 2016, em comparação com o exercício de 2015, conforme se propõe a realizar.

26.1 - COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA ENTRE 2015/2016

Esse título agrega os montantes da dívida consolidada do Município, segregada em mobiliária, contratual, precatórios (posteriores a 05/05/2000, inclusive – vencidos e não pagos) e demais dívidas. Também são alocadas nesse quadro as deduções da Dívida Consolidada, a Dívida Consolidada Líquida e a apuração do cumprimento do limite imposto pelo Senado Federal para esta última.

Os valores da dívida previdenciária devem ser excluídos desse montante, uma vez que – conforme mencionado – são demonstrados em quadro a parte.

Quadro 68 – Comparativo da Dívida Consolidada – 2015-2016 em milhares

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	%
DÍVIDA CONSOLIDADA	3.388.263,34	5.896.858,47	74,04%
Dívida Mobiliária	-	-	0,00%
Dívida Contratual	3.388.263,34	5.896.858,47	74,04%
Interna	3.388.263,34	5.896.858,47	74,04%
Externa	-	-	0,00%
Precatórios posteriores a 05/05/2000	-	-	0,00%
Demais dívidas	0,00	-	0,00%
DEDUÇÕES	11.113.460,12	9.528.424,39	-14,26%
Disponibilidades de Caixa Bruta	11.788.721,69	9.820.105,49	-16,70%
Demais Haveres Financeiros	-	-	0,00%
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	675.261,57	291.681,10	-56,80%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-7.725.196,78	-3.631.565,92	-52,99%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2014-2015

Observa-se no quadro 68, variação positiva da dívida em (74,04%), que significa aumento no estoque da dívida. Que corrobora a ideia que o município embora venha pagando suas dívidas, houve um aumento significativo. Os dados apresentados estão em consonância com o RGF – anexo 2, extraído do sistema de contabilidade atualizado.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

27 - INDICADORES DAS AÇÕES E METAS PREVISTAS NO PPA, LDO E LOA, COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO; BEM COMO A AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS, QUANTO À EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho encerrou o exercício em 31/12/2016, que para a análise dos saldos, destacamos algumas contas:

CONTAS ABERTAS EXECUÇÃO DOS RECURSOS SOB LÓGICA INSTITUIDA PELA PORTARIA MDS Nº 113/2015

QUADRO 69 (PROGRAMAS)

ENTIDADE			CONTA Nº	VALOR
01	PMB ASSISTENCIA SOCIAL	PMB AÇÃO SOCIAL	12.594-6	R\$ 26.420,18
02	PAIF /SCFVS	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	17449-1	R\$ 182.141,70
03	ACEPETI	AÇÕES ESTRATEGICAS DO PETI	174459	R\$ 0,00
04	PFMC/CREAS	PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE PAEFI/CREAS	174483	R\$ 50.897,57
05	IGDBF	IGD – BOLSA FAMILIA	174467	R\$165.128,75
06	BPC	BPC NA ESCOLA	174440	R\$ 2.290,80
07	IGD-SUAS	IGD-SUAS	17447-5	R\$ 56.542,48
TOTAL DE SALDOS BANCÁRIO				R\$ 483.421,48

De acordo com o quadro acima verificamos, que a Secretaria encerrou o ano com um saldo significativo, no valor de R\$483.421,48, reforçando nossas recomendações para que sejam efetivamente investidos estes recursos em prol da população. Já observamos que o saldo total ficou menor com relação a 2015, não obstante de todas as ações que foram desenvolvidas pela Secretaria, **Recomendamos** execução total dos recursos recebidos para o exercício de 2017.

Ao entrarmos em contato com a Secretaria, a mesma justificou que houve problemas em algumas contratações por posições/portarias do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, dificultando dentro das possibilidades do Município de Buritis na Contratação de serviços especializados, como dificuldades na reprogramação orçamentária junto ao legislativo, para o atendimento de novos programas, demandando maior tempo, tendo também que submeter pela aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social e Trabalho.

No quadro 70 analisamos em percentual o que foi investido em cada programa conforme demonstração das ações e metas desenvolvidas por amostragem:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

QUADRO 70 RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01 - Quadro Comparativo para Análise da Execução Orçamentária (Por Órgão)									2016	
1	1	GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL								
PROGRAMAS		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO						PERCENTUAIS		
Progr	Denominação	Fixado	Alterações	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Emp.	Liq.	Pago %
1.001	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	253.750,00	0,00	253.750,00	207.663,38	199.148,07	199.148,07	81,84%	100,00%	100,00%
1.004	APOIO AO SERV. DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - ABRIGO	207.400,00	0,00	207.400,00	170.815,38	167.035,11	166.099,32	82,36%	100,56%	99,44%
1.004	APOIO AO FUNDO MUNIIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	18.000,00	0,00	18.000,00	5.569,94	5.569,94	5.569,94	30,94%	100,00%	100,00%
1.004	GESTÃO DE APOIO AS INSTANCIAS DE CONTROLE SOCIAL	15.000,00	0,00	15.000,00	5.396,25	5.396,25	5.396,25	35,98%	100,00%	100,00%
1.004	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD SUAS	24.798,85		24.798,85	8.391,95	7.194,95	7.194,25	33,84%	85,74%	99,99%
1.004	APOIO AO SER. DE MEDIA COMPLEXIDADE - CREAS	78.000,00	33.302,47	111.302,47	42.486,02	29.146,77	29.146,77	38,17%	68,60%	100,00%
1.004	FORTALESCIMENTO DA GEST. MUN. DO PROGRAMA DE TRANSFERENCIA DE RENDA - IGD BOLSA FAMILIA	285.756,24		285.756,24	203.077,47	94.289,22	94.289,22	71,07%	46,43%	100,00%
1.004	APOIO AO SERV. DE CONVIVENCIA E FORTALESCIMENTO DE VINCULO - SCFV	120.000,00	37.700,00	82.300,00	65.948,66	57.817,53	57.817,53	80,13%	87,67%	100,00%
1.004	SUBVENÇÕES SOCIAIS	100.000,00	29.000,00	71.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	84,51%	100,00%	100,00%
1.004	APOIO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO A COMUNIDADE - UNID. DE BENEFECIOS EVENTUAIS	96.000,00		96.000,00	26.608,80	15.508,80	15.508,80	27,72%	58,28%	100,00%

MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

No PPA foi previsto o valor de R\$ 106.238,50 foi alterado através da Lei 1002/2015, fixando o valor de R\$ 253.750,00, haja vista que a folha de pagamento passou a ser inserida no próprio programa e não mais no orçamento da Administração, houve alterações dentro do mesmo programa, através dos Decretos Municipais nº. 6624/16 de 02 de agosto de 2016 e 6785/16 de 03 de Outubro de 2016, o orçamento durante a sua execução no exercício de 2016, houve necessidade quanto a sua alteração para findar o exercício de 2016. O Conselho Tutelar atendeu



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

aproximadamente, conforme relatório apresentado pela Coordenação do programa um montante de: **1.221** casos de crianças/ adolescentes no exercício de 2016, de acordo com denúncias e vulnerabilidades pelo setor competente, não sendo observado nenhuma reclamação ou denúncia não fora atendida, permitindo a classe assistida o gerenciamento das questões relativas às crianças e adolescentes que estivessem vivenciando situações que os tornassem mais vulneráveis, exigindo um posicionamento imediato das autoridades responsáveis. Vale ressaltar que este órgão recebeu doação do TRT de 03 Computadores e 01 impressora, sendo desnecessária a aquisição de Material permanente. Em nossa análise mesmo observando que o atendimento foi satisfatório, o recurso fixado e o financeiro não fora totalmente investindo, Mas julgamos a ação dentro do programa eficiente.

APOIO AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - foi previsto no PPA o valor de R\$ 48.086,90, alterado através da Lei 1002/2015 fixando valor de R\$ 207.400,00, haja vista que a folha de pagamento também passou a ser inserida no próprio programa e não mais no orçamento da Administração, houve a necessidade de suplementações através do Decreto 6785, de 03 de outubro de 2016, dentro do mesmo programa. O Abrigo Municipal atendeu 18 crianças/adolescentes, onde de acordo com programa prevê capacidade máxima para acolhimento de 16 crianças/adolescentes observando a rotatividade de cada caso, sendo impossível prever quanto tempo estas crianças/adolescentes permanecerão acolhidas, pois os tempos de permanência dependem de sentença judicial. Contudo observamos que foi gasto um valor considerável, com relação ao empenhado e pago chegou a um percentual 82,36%. Chegamos à conclusão que o atendimento foi efetivo, mas a questão orçamentária e financeira deverá ser totalmente realizado.

APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - foi previsto no PPA o valor de R\$ 38.022,20, alterado através da Lei 1002/15 fixando valor de R\$ 18.000,00, a alteração ocorreu por identificar que o valor previsto era superior à necessidade desta secretaria, este programa atendeu o Conselho da Criança e Adolescente e Conselheiros Tutelares, com diárias, passagens e capacitações, mesmo sendo baixa a execução foi atendida a demanda dos Conselhos, sendo esta ação eficiente.

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD SUAS-M - No PPA foi previsto o Valor de R\$ 60.388,20 para o exercício 2016, foi alterado através da LEI 1002/2015 para R\$: 18.500,00 à alteração ocorreu após identificar que o valor previsto era superior aos repasses feito fundo a fundo; o Decreto 6264/16 de 02 de maio de 2016 altera novamente o orçamento fixando o valor de R\$ 26.798,85, verificamos uma diferença de R\$2.000,00, ficando este programa com valor atualizado conforme Quadro Comparativo para análise da Execução Orçamentária no valor de R\$24.798,85, informamos que o referido conforme o Comparativo da Despesa Autorizada/Realizada não evidencia o valor do Decreto nº 6264/16, devido à reprogramação de saldos remanescentes, autorizada pelo conselho municipal de assistência social e trabalho/COMAST dentro do exercício de 2016. Foi incluído ainda a ficha - Outros Serviços de



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Terceiros Pessoa Física uma vez que a mesma não existia no orçamento. Não consideramos esta ação como eficiente, eficaz e efetivo, devendo a Secretaria Gerir com efetividade seus recursos de acordo com seus valores orçados.

APOIO AO SER. DE MEDIA COMPLEXIDADE - CREAS

No PAA foi previsto o Valor de R\$156.562,00, para o exercício 2016, sendo alterado através da Lei de nº 1002/2015, fixando o valor de R\$ 78.000,00, a alteração ocorreu por identificar que o valor previsto era superior aos repasses feito fundo a fundo, conforme Decreto de nº 6264/2016 altera novamente o orçamento fixando novo valor de 111.302,47, devido à reprogramação de saldos remanescentes autorizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Trabalho/COMAST, no exercício de 2016. O CREAS tem como meta prevista o atendimento mínimo de 600 famílias anual, entretanto foram atendidos conforme relatório apresentado pela coordenação do programa a quantidade de 730 famílias/indivíduos no exercício de 2016. O atendimento se dá de forma direta através de orientação jurídico-social, atendimento psicossocial individual, familiar e em grupo em modalidades de grupos e situações diversas de violência. O acompanhamento se deu também de forma indireta através de encaminhamentos para: a rede socioassistencial, rede de saúde, demais políticas públicas, conselho tutelar, órgãos de defesa e responsabilização, desenvolvendo também várias atividades como: Campanhas contra o alcoolismo, gravidez na adolescência, faça bonito, contra pedofilia, abuso sexual, drogadição entre outras analisadas. Verificamos que a Secretaria realizou todas as ações previstas muitas delas em parcerias com outras entidades, não obstante das realizações podemos concluir que com relação ao orçado e executado a secretaria ficou abaixo da meta prevista com um percentual de 38,17%, não assim eficaz ou efetiva, consideramos os trabalhos realizados com eficiência.

FORTALESCIMENTO DA GEST. MUN. DO PROGRAMA DE TRANSFERENCIA DE RENDA - IGD
BOLSA FAMILIA

No PAA foi previsto o Valor de R\$ 216.145,02 para o exercício 2016, foi alterado através da Lei 1002/2015, fixando o valor de R\$ 120.000,00 a alteração ocorreu após identificar que o valor previsto era superior aos repasses feito fundo a fundo, os Decretos Municipais nº6264/16, 6624/16 e 6878/16, que alterou novamente o orçamento fixando em um valor de R\$285.756,24, devido à reprogramação de saldos remanescentes, autorizada pelo conselho municipal de assistência social e trabalho/COMAST, dentro do exercício de 2016. Foram atendidas aproximadamente 3.938 famílias em 2016, de acordo com relatório realizado pela Coordenação responsável pelo programa em questão, o equivalente 71,07% do pré-definido, sendo trabalhado a inclusão, cadastramento, auditoria, visitas de averiguação, desligamento do programa entre outros, visando minimizar os números das desigualdades e garantir vida digna aos usuários a Secretaria de Assistência Social executou várias ações destinadas ao bem estar e qualidade de vida das famílias que precisam de auxílio no território municipal, o município dispõe de um número aproximadamente de 5.021, famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. Não podemos afirmar que a execução orçamentária e financeira neste programa foi eficiente, eficaz ou teve efetividade. Porém os trabalhos desenvolvidos demonstram que



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

os usuários tiveram assistência, mas, em um número inferior a 2015.

APOIO AO SERV. DE CONVIVENCIA E FORTALESCIMENTO DE VINCULO – SCFV

No PAA foi previsto o Valor de R\$ 294.112,90 para o exercício 2016, observamos que este valor é a junção dos programas SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo e PAIF – Programa de Atenção Integral a Família para o exercício 2016, sendo alterado pela Lei nº 1002/15, fixando o valor para R\$120.000,00, somente para atender o SCFV. O Decreto nº. 6624/16 alterou novamente o orçamento fixando o valor de R\$82.300,00, onde o valor anulado foi inserido ao novo programa, criado através do bloco de Proteção Social Básica – Piso Básico Fixo e Piso Básico Variável, Contas aberta para execução dos recursos sob lógica instituída pela Portaria de nº113/2015, autorizadas pelo FNAS e Conselho Municipal de Assistência Social e Trabalho/COMAST, dentro do exercício de 2016. A referência de pactuação do serviço foi de 210 usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares, entretanto foram atendidos conforme relatório apresentado pela Coordenação do programa atendendo a quantidade de 150, sendo um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade, fortalecendo vínculos e incentivando a socialização e a convivência comunitária. Observamos que entre o empenhado e pago executou ações em um percentual de 87,67%, sendo realizado a contento.

28– DOS RESULTADOS OBTIDOS, COMPARATIVAMENTE AS DESPESAS PLANEJADAS E EFETIVAMENTE EXECUTADAS REFERENTE AOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.

QUADRO 71

1ª - Ação Planejada: Anos - 2014 2015 e 2016 Projeto Atividade 2038-/ Manutenção do conselho Tutelar					
Programa 1.004, referente aos Anos: 2013 a 2015- Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios					
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado
2014	2014	2015	2015	2016	2016
R\$53.371,33	R\$25.958,88	R\$206.196,59	R\$173.187,45	R\$253.750,00	R\$199.148,07
Resultado Obtido					
Ação voltada para atendimento das crianças/adolescentes, que tenham os seus direitos violados ou negligenciados, onde observamos deficiência no planejamento na gestão desta ação, ficando evidente a falta de execução do previamente planejado. Demonstrando nesta projeção, uma aplicabilidade em termos quantitativos superior aos anos					



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

anteriores, mesmos não executando 100% do orçado toda demanda foi atendida. Aplicando o percentual de 78,48% dos recursos Planejados.

QUADRO 72

2ª Ação Planejada: Anos 2014 2015 e 2016 Projeto Atividade 2096– Manutenção do Programa IGD SUAS-M					
Programa 1.004, referente aos Anos: 2014 a 2016 - Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.					
Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios					
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado
2014	2014	2015	2015	2016	2016
R\$54.000,00	R\$36.239,14	R\$22.894,46	R\$6.340,61	R\$24.798,85	R\$7.194,25
Resultado Obtido					
Ação voltada para atendimento e melhoramento quanto ao atendimento à comunidade dos servidores da Secretaria, sendo disponibilizado para pagamentos de diárias, capacitações, seminários e material de consumo. Observamos deficiência no planejamento na gestão desta ação, ficando evidente a falta de aplicação do recurso nos três anos analisados, em 2016 em termos quantitativos não atingiu os objetivos, como também em termos qualitativos, ficando equiparados aos executados em relação aos exercícios anteriores, conforme inspeção realizada por esta Controladoria, atingindo 29,01% entre o Planejado e Executado.					

QUADRO 73

3ª Ação Planejada: Anos, 2014 e 2015, 2016 Projeto Atividade 2089 – Apoio ao Serv. de Proteção Social Básica - PAIF					
Programa Referente Aos Anos: 2014, a 2016 - Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.					
Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios					
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado
2014	2014	2015	2015	2016	2016
R\$301.450,00	R\$232.548,83	R\$182.540,79	R\$57.981,55	R\$104.500,00	R\$ 69.036,47
Resultado Obtido					
Ação voltada para o serviço de caráter continuado objetivando ao fortalecimento da função protetiva da família a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, promoção de ganhos sociais e materiais às famílias e promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais e o apoio as famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares, verificamos que houve atendimentos nesta ação, mesmo assim o planejado e o executado com relação aos exercícios anteriores ficou abaixo da média, atingindo um percentual de 66,06%.					



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

QUADRO 74

4ª Ação Planejada: Anos 2014, 2015 e 2016, Progr. 2091– Apoio Ao Ser. De Média Complexidade - CREAS					
Programa Referente Aos Anos: 2014, a 2016 - Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios					
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado
2014	2014	2015	2015	2016	2016
R\$41.954,85	R\$15.087,21	R\$112.199,05	R\$28.240,74	R\$111.302,47	R\$ 29.146,77
Resultado Obtido					
Ação voltada para atendimento à proteção das famílias vítimas de todas as formas de violência, conforme informações da Secretaria foram desenvolvidas, concluímos que mais uma vez ficou abaixo da média entre o planejado e o executado em um percentual de 26,18%.					

QUADRO 75

5ª Ação Planejada: Anos, 2014, 2015 e 2016- Projeto Atividade 2092 – Fortalecimento Da Gest. Mun. Do Programa De Transferência De Renda - IGD Bolsa Família					
Programa referente aos Anos: 2014 a 2016 - Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios					
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado
2014	2014	2015	2015	2016	2016
R\$393.530,00	R\$160.888,90	R\$151.069,74	R\$31.647,32	R\$ 285.756,24	R\$ 94.289,22
Resultado Obtido					
Ação voltada para atendimento à proteção das famílias vítimas de todas as formas de violência, conforme informações da Secretaria foram desenvolvidas às ações pertinentes ao programa, concluímos que mais uma vez ficou abaixo da média entre o planejado e o executado em um percentual de 32,99%.					

QUADRO 76

6ª Ação Planejada: Anos 2014 2015 e 2016 - Progr. 2149– Projeto Atividade Apoio Ao Serv. De Convivência E Fortalecimento De Vinculo – SCFV



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Programa: Anos 2014 a 2016- Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios					
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado
2014	2014	2015	2015	2016	2016
R\$0,00	R\$0,00	R\$ 408.404,51	R\$ 37.949,99	R\$ 82.300,00	R\$ 57.817,53
Resultado Obtido					
Ações desenvolvidas para atender usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares, sendo um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária, concluímos que mais uma vez ficou abaixo da média entre o planejado e o executado em um percentual de 70,25%, com relação ao executado em 2015 focou superior no exercício 2016.					

29 - DESPESA COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO)

Segundo a 5ª edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O demonstrativo da Despesa com Pessoal deverá conter valores da despesa com pessoal do Poder/Órgão executada nos últimos doze meses, com informações sobre a despesa bruta com pessoal, as despesas não computadas para fins de verificação do limite, despesa total com pessoal, percentual da despesa total com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), e os limites máximo, prudencial e de alerta estabelecidos conforme a legislação.

Todavia, para efeito de cômputo e cálculo do montante a ser evidenciado no demonstrativo só são consideradas as despesas de caráter remuneratório, conforme previsto no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Não são consideradas – por exemplo – as despesas indenizatórias, as decorrentes de contratos com estagiários, bolsas de trabalho, locação de mão de obra, diárias, auxílio fardamento, benefícios assistenciais, transporte de servidores, auxílio alimentação, indenizações e restituições trabalhistas. Além dessas, as indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária, as despesas decorrentes de decisão judicial, as despesas de exercícios anteriores, inativos e pensionistas com recursos vinculados já são evidenciados no próprio demonstrativo como não computadas.

Quadro 77 - Evolução da Despesa com Pessoal – 2014 a 2016

COMPONENTES	2014	2015	2016
Despesa com Pessoal	29.380.972,75	30.351.536,80	33.130.979,33



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Receita Corrente Líquida	56.034.496,36	58.133.599,22	66.260.662,44
Percentual da Despesa com Pessoal em Relação à RCL	52,43%	52,21%	50,00%

Fonte: Relatório de Gestão RGF – Anexo I exercícios 2014 a 2016

Pela análise do Quadro 77 percebe-se que a Receita Corrente Líquida de 2015 evoluiu de R\$ 58.133.599,22 para R\$ 66.260.662,44 em 2016, correspondendo a um aumento em percentual de 12,26%, motivados pelo aumento de arrecadação durante o exercício de 2016.

Em termos percentuais em relação à Receita Corrente Líquida, nota-se que em todos os exercícios financeiros observados o município atende de forma satisfatória a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 78 – Despesa Líquida com Pessoal – 2014 a 2016

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (EM REAIS)			
2014	2015	2016	VARIAÇÃO % 2014/2016
29.380.972,75	30.351.536,80	34.776.376,44	12,72%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2014 a 2016

Em comparação do exercício de 2015 com o de 2016, pode-se observar um aumento de 12,72% da despesa líquida com pessoal. Salientamos que apesar do visível o aumento da referida despesa, observamos também um aumento na receita corrente líquida, mantendo os índices em conformidade com a legislação vigente.

30 - Medidas para não ocorrência de prescrição e cancelamento da dívida ativa do Município

Constata-se que a situação da dívida ativa do Município pode ser evidenciada conforme demonstrado no quadro 79.

Quadro 79 - Demonstrativo da Dívida Ativa do Município (valor principal)

Valor total da dívida ativa 2016	3.766.309,54
(-) valores prescritos.	298.438,82
(-) dívida não tributária de Glosa do tribunal de Contas, devidamente ajuizadas.	0,00
(-) Valor de auto de infração de uma entidade que questiona imunidade constitucional.	0,00
(=) valor Real da dívida ativa com perspectiva de recebimento.	3.766.309,54

O valor total da dívida ativa considerando o valor principal é de 3.766.309,54, os prescritos foram deduzidos dos valores anteriores, não impactando no valor total do quadro acima.

Quadro 80 - Percentual de valores de dívida ativa recebido

ANO	VALORES PAGOS	% SOBRE ATIVOS R\$
-----	---------------	-----------------------



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

2014	1.158.399,11	34,53%
2015	475.332,21	15,92%
2016	674.402,70	17,91%

O valor do recebimento da dívida ativa em 2016 evidenciou um considerável aumento no recebimento em um percentual de 17,91%, quanto em 2015 totalizou um percentual de 15,92, tal aumento se deu devido à cobrança extrajudicial e judicial chegando a um montante de 822 processos de ajuizamentos, informamos que acompanhamos junto ao SEMFAZ - Setor Tributário e Procuradoria Jurídica e percebemos ações que vieram a contribuir para este crescimento, esperamos que o recebimento dos ajuizamentos se dará no exercício de 2017, o qual estaremos acompanhando para um maior percentual de recebimento. Com relação aos cancelamentos o Setor Tributário justificou que se deram em atendimento a Lei de nº875/2014, onde previa o cancelamento de multas e juros em até 80%, também observamos falhas cadastrais, áreas de APPS impossibilitadas de tributação, sabendo esta Controladoria que o Município de Buritis está em fase de regularização fundiária que contribuiu para reversões de receitas tributárias. Informamos que as ações desenvolvidas junto ao Poder Judiciário com relação à execução dos processos ajuizados. Informamos que já temos Convênio firmado com Cartório e o Instituto de Estudos e Protestos de Títulos do Brasil, Sessão Rondônia, que regulamenta o artigo 04 da Lei Municipal nº.875/2014, e regulamentação do CADIN Municipal para agilizar a cobrança via protesto em cartório de Contribuintes inscritos em Dívida Ativa. Salientamos que, parte destas parcerias contribuíram para que a receita oriunda da referida dívida fosse superior a 2015, no entanto temos possibilidades de efetivar demais parcerias citadas acima que contribuirão ainda mais em 2017 para uma maior eficiência no recebimento das cobranças.

Esta Controladoria **RECOMENDA** a todos os responsáveis pela o acompanhamento da Dívida Ativa do Município, (Setor Tributário, Secretaria Municipal de Fazenda e Procuradoria Geral do Município) que continuem reforçando as ações e medidas para que os recebimentos sejam ainda melhores no exercício 2017.

Quadro 81 – Providências de execução da dívida no exercício de 2016

PROVIDÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR
Execução Fiscal	822	1.948.406,00
Cartório de Protesto	0,00	0,00
Total	822	1.948.406,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

A Procuradoria Geral do Município em cooperação com a SEMFAZ adotou durante os exercícios de 2015 e 2016, uma serie de medidas para apurar a dívida ativa do município, no qual foram abertos vários processos administrativos de recuperação da Dívida Ativa com a finalidade recuperá-la, ficando nítido conforme valores evidenciados no quadro acima.

No acompanhamento destes processos foi constatados problema no cadastro municipal que interfere diretamente os cadastros de lotes urbanos, como de cadastro de empresas, ou seja, imobiliário e mobiliário e a regularização do Município, junto ao setor Fundiário.

Sendo assim foram iniciados procedimentos com o objetivo de atualizar o cadastro municipal imobiliário e mobiliário, no qual foi firmado um termo de cooperação com Cartório de Registro, não tendo êxito em 2016, conforme o quadro 81 e informações no setor de Tributos não protestos por parte do cartório de registro, verificamos também que a Nota Fiscal Eletrônica ainda está em fase de implantação.

31 – REPASSES FINANCEIROS AO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Em atendimento a Constituição Federal, que estabelece no art. 29-A, I, que o repasse para a Câmara de Vereadores seja de 7% para Municípios com menos de 100.000 habitantes;

Logo, foram repassados aos cofres da Câmara Municipal de Buritis R\$ 2.427.600,55, obedecendo o regramento acima, Sendo arrecadado o montante de R\$34.680,008,01, referente a receita corrente, atingindo o percentual de 7%.

32 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Controladoria continua reforçando através de seus trabalhos acompanhando dentro das possibilidades, pois temos uma estrutura que não nos proporciona desenvolver um trabalho de excelência, as inspeções in-loco temos realizado com veículo próprio, pois a Secretaria não dispõe em sua estrutura veículos para a realização destes trabalhos, praticamente todos os procedimentos ocorridos, dentro das condições oferecidas, temos realizado, não sendo possível atender toda a demanda que chega até nós, e isso de certa forma prejudica o bom andamento dos serviços prestados pelas 09 (nove) Secretarias existentes e uma Autarquia (AGERB).

Mesmo assim procuramos atender a todos (as), buscando informações quando não temos, na maioria das vezes junto ao Tribunal de Contas, sendo de grande valia para a tomada de decisão, desta



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Controladoria, como também temos contado com o apoio do Ministério Público Estadual desta comarca onde o mesmo tem contribuído em muito para com desenvolvimento de nossos trabalhos.

Considerando os apontamentos levantados através da análise desenvolvida por esta Controladoria em várias Secretarias e setores desta municipalidade, **RECOMEDAMOS QUE:**

- Continuem atentos as recomendações desta controladoria para não excederem a despesa com pessoal, e que seja mantido o índice de folha abaixo do limite prudencial, de (51,3%), fato positivo em 2016, que, com a atenção de todos fechamos com um percentual de 50%, ficando abaixo do limite prudencial.

- Reiteramos nossas recomendações, quanto à apuração do inventário da PMB e realização de leilão dos bens não mais úteis, com a máxima urgência, observamos avanços nos levantamentos realizados, mas não obstante da importância de termos um inventário real.

- Reiteramos nossa recomendação ao Prefeito e Secretários (as), para que seja oferecida maior atenção ao Planejamento e executados das Ações em especial aos programas continuados, para que o orçamento aprovado não seja objeto de sucessivas modificações quando da execução.

- Recomendamos a Secretaria Municipal de Planejamento e a Secretaria Municipal de Fazenda, que continuem reforçando o acompanhamento da receita e despesa, bem como avalie a evolução das mesmas, com a estimativa elaborada junto ao PPA, LDO e LOA, para permanecermos equilibrando as referidas despesas e receitas. Salientamos que em 2016 conforme verificado nos demonstrativos de restos a pagar as Secretarias citadas mantiveram controle com muita eficiência

- Reiteramos nossas recomendações a Secretaria de Planejamento, que reforce o controle junto as Secretarias quanto ao cumprimento dos programas e metas estabelecidos na PPA, LDO e LOA, que até o momento não está sendo avaliado de acordo com nossas recomendações, solicitamos que concentre todas as atenções para a efetiva execução orçamentária.

- Recomendamos a Secretaria Municipal de Administração que concentre maior atenção junto ao setor de Recursos Humanos, para que mantenham atualizando os dados dos Servidores, acompanhar com mais afinco o controle de ponto. Seja feita reavaliação imediata dos laudos médicos dos Servidores ora afastados por problemas de saúde, considerando que os referidos laudos deveriam ser realizados a cada 90 (noventa) dias pela junta médica do Município. Convocar os servidores cedidos, pois neste momento é de grande necessidade o retorno dos mesmos. Convocação esta já reiterada pela Controladoria.

- Solicitamos a Secretaria de Planejamento – Setor de Regularização Fundiária, que realize atualização dos cadastros dos imóveis urbanos, pois ao analisarmos o relatório dos cancelamento vinculados a Dívida Ativa observamos que a maioria dos cancelamentos se deram por problemas cadastrais.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

•Por fim, recomendamos ao Executivo Municipal e aos Senhores (as) Secretários (as), atenção especial quanto às questões pontuadas por esta Controladoria, pois a não providência caracterizará o não atendimento aos princípios legais e responsabilização dos gestores, pois todas as recomendações foram formalizadas aos Senhores (as) ao longo deste exercício, através de ofícios expedidos por esta Controladoria.

CONSIDERANDO que é da competência privativa da Câmara Municipal, conforme determina o artigo 31, § 2º da CF/88, julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que com a aplicação de valor correspondente a **25,98%** dos recursos provenientes de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, com base no RREO do 6º Bimestre, restou atendida a exigência do artigo 212 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que resultaram plenamente satisfatórias as aplicações atinentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico – FUNDEB, notadamente no que tange à remuneração e valorização do magistério, de vez que o valor aplicado corresponde a **64,81%** dos recursos do aludido Fundo, cumprindo, destarte, o disposto no § 5º do art. 60 do ADCT da Constituição Federal c/c o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07;

CONSIDERANDO que os gastos em ações e serviços públicos de saúde, cujo percentual foi de **17,15%**, atenderam às exigências da Emenda Constitucional nº 29/2000;

CONSIDERANDO que a Administração Municipal cumpriu o disposto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/2000, posto que do total da Receita Corrente Líquida, foi gasto com pessoal o percentual de **50,00%**, conforme consta no Relatório de Gestão Fiscal, quando o máximo estabelecido é de 54%, ultrapassando o limite de alerta de **48,60%** da RCL, e o limite prudencial que é de: 51,30%.

CONSIDERANDO que, os balanços e demais demonstrações contábeis que compõem a presente Prestação de Contas, de maneira geral, apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, as posições orçamentária, financeira e patrimonial do Município, em 31 de Dezembro de 2016;

É DE PARECER que as contas do Poder Executivo do Município de Buritis - RO, relativas ao exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor Oldeir Ferreira dos Santos (Prefeito Municipal), merece por parte da Controladoria Geral do Município **PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS REFERENTE O EXERCÍCIO DE 2016.**



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL**

Igualmente, solicitamos deste Douto Tribunal de Contas, que Recomende aos Gestores (as), das pastas supracitadas, sobre o não atendimento das recomendações realizadas pelo Controle Interno deste Município, para IMEDIATAS providências, pois já foram formalizadas e solicitadas por diversas vezes.

Sem mais.

É o relatório.

Buritis, 28 de Março de 2017.

Sônia Felix de Paula Maciel
Controladora Geral do Município
Dec. 6981/GAB/PMB/2017



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL**

CERTIFICADO E PARECER DE AUDITORIA

EXERCÍCIO 2015

A Prefeitura Municipal de Buritis - RO, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nos termos da Constituição Federal, art. 31; Constituição Estadual, art. 49; Lei Complementar Estadual nº 154, de 26.07.96, art. 35; e Instrução Normativa nº 013/TCER-04, de 18/11/04, encaminhou para exame o Balanço Anual de 2015, sob responsabilidade do Senhor Prefeito Municipal OLDEIR FERREIRA DOS SANTOS e Senhor DARCI APARECEDO VIEIRA, na qualidade de Contador Geral do Município, visto os apontamentos apresentados no Relatório de Prestação de Contas do Exercício 2016 e o cumprimento das metas Constitucionais de investimento em Saúde, Educação e demais cumprimentos, o Controle Interno emite **CERTIFICADO DE AUDITORIA**, a fim de emitir **PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS REFERENTE O EXERCÍCIO DE 2016**, de acordo com recomendações elencadas no sucinto relatório.

Buritis, 28 de Março de 2017.

Sônia Felix de Paula Maciel
Controladora Geral do Município
Dec.6981/GAB/PMB/2017



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL**

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Em atendimento a Instrução Normativa nº 013/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Lei Complementar nº 154/96, atesto ter tomado conhecimento do Relatório do Órgão de Controle Interno, referente ao Exercício de 2016, da Prefeitura do Município de Buritis - RO, que vai acompanhado do Certificado e Parecer, além dos documentos pertinentes.

Assim, considerando o relatório e demais documentos apresentados, determino que os setores em que foram encontradas falhas, sejam novamente observados suas causas e automaticamente sanadas por seus responsáveis.

Encaminha-se ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, juntamente com o Relatório do Controle Interno, Certificado e Parecer.

Buritis, 28 de Março de 2016.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal